

## Capítulo 16

# Ciganos/Roma<sup>1</sup> em Portugal

## Políticas públicas e intervenção social

Olga Magano • Maria Manuela Mendes

### 1. Ciganos portugueses enquanto objeto de produção de conhecimento

Apesar da crescente importância dos estudos ciganos em contexto nacional, continua na sociedade portuguesa um desconhecimento sobre a sua realidade social, verificando-se mesmo a persistência de manifestações de hostilidade e de intolerância face aos ciganos, fenómeno transversal a outros contextos europeus (Mendes, Magano & Candeias, 2020; Marinaro, 2017; ACIDI, 2013; Mendes & Magano, 2013; ERRC/NÚMENA, 2007; EU-FRA, 2009) e que aumentou visivelmente com o aparecimento de um novo partido de extrema-direita em Portugal e em virtude da situação pandémica provocada pela COVID-19 (Mendes, 2020).

Desde finais do século XIX e até ao 25 de abril de 1974, é perceptível no panorama científico português, uma certa rarefação e até marginalização dos estudos sobre as pessoas ciganas, o que gerou processos de invisibilização e de não reconhecimento das pessoas ciganas em contexto nacional (Magano & Mendes, 2015). Embora pioneiros, os poucos estudos sobre as pessoas ciganas foram de cariz sobretudo etnológico, produzindo-se um conhecimento homogeneizador e visões essencialistas sobre os ciganos em confronto com os não-ciganos, e assentes em

---

<sup>(1)</sup> Neste texto, optámos pela designação utilizada em Portugal, que é a forma como os portugueses Cigano se autodesignam e são designados.

levantamentos mais ou menos extensivos de atributos exóticos e das diferenças (Braga, 1879; Coelho, 1896; Vasconcelos, 1958; Peixoto, 1967). Nos anos 80 destaca-se a etnografia de Olímpio Nunes (1981) sobre o povo cigano. Mas foi sobretudo a partir da década de 90 com maior incidência a partir de 1995, que se assiste a um crescimento progressivo dos estudos sobre ciganos. Trata-se essencialmente de trabalhos orientados para questões de natureza aplicada, mas também para a obtenção de um grau académico (crescimento do número de teses de mestrado e doutoramento em áreas disciplinares das Ciências Sociais como a Sociologia, Antropologia, Psicologia, estudos na área da educação e da saúde). As temáticas mais comuns são o racismo, a habitação, educação, a exclusão e inclusão, o interculturalismo, multiculturalismo e a diversidade cultural (Magano & Mendes, 2015).

Partindo de abordagens diferentes e com foco em temáticas diversas, os trabalhos mais recentes sobre ciganos em Portugal revelam a heterogeneidade que caracteriza os ciganos portugueses e, também, as suas diferentes formas de inserção social e espacial (Assunção, 2019; Medinas, 2018; Pinto, 2017; Pereira, 2016; Silva, 2014; Castro, 2012; Magano, 2010; Mendes, 2007; Nicolau, 2010; Sousa, 2010, entre outros). Apesar da diversidade que tem vindo a ser evidenciada, sobretudo a nível académico, prevalece um olhar alóctone, na medida em que a representação social dos ciganos continua a ser muito estereotipada, fixista, redutora, «engessada» no tempo (Cunha & Magano, 2019) emergindo muitas vezes como um grupo «nómada», livre de todos os compromissos e laços, excluindo os de sangue (Mendes, 1997, 2007). Como os estudos de Castro (2012) e de outros autores (Brazzabeni, 2012a, 2012b; Theodosiou & Brazzabeni, 2012) notam, grande parte dos ciganos estão hoje sedentarizados e, nos casos em que não estão, a opção por uma forma de vida «nómada», resulta de uma complexa teia de relações cujos agentes não são apenas as famílias e pessoas ciganas, mas também, por exemplo, as instituições, poderes locais e outras pessoas ciganas e não ciganas (Assunção, 2019; Correia, 2007 e 2012). Em muitas zonas de Portugal em que a extrema-direita cresceu em termos de votação nas eleições presidenciais (2021) os ciganos são constrangidos ao nomadismo forçado. Para além disso, muitos destes estudos evidenciam mudanças importantes nas vidas dos ciganos portugueses, demonstrando que muitas das representações sociais criadas sobre os mesmos como, por exemplo, o «nomadismo» e a «inadaptação» à vida em sociedade, resultam, sobretudo, de um desconhecimento e da reiterada invisibilidade (Correia, 2007, 2012; Bastos, 2012; Castro, 2012, Lopes, 2008, Mendes, 2007, 2012). Transversal a todos os trabalhos, é a ideia de que a generalidade dos ciganos portugueses continua a rever-se e a reconhecer-se nesta designação e a reivindicar uma identidade comum e a partilhar certos traços culturais e que urge ter em conta nos processos de intervenção social, nas suas várias vertentes.

Em Portugal não existe informação estatística sobre os cidadãos ciganos, uma vez que a Constituição da República Portuguesa coloca restrições às estatísticas étnicas e a qualquer elemento que permita a identificação étnica do cidadão e também não há estudos transversais sobre a dimensão, inserção socioespacial e condições de vida das pessoas ciganas. Os estudos desenvolvidos sobre ciganos têm sido mais de caráter qualitativo e a nível micro, centrados sobretudo em bairros de realojamento social ou áreas geográficas bem delimitadas (quase sempre se trata de espaços desqualificados do ponto de vista urbanístico e de construção precária), denotando-se, por um lado, uma lacuna em termos de estudos longitudinais e uma falta de dados estatísticos sobre as características e condições de vida dos ciganos portugueses. De acordo com Messing (2014) a concretização de estudos quantitativos junto de pessoas ciganas enfrenta dificuldades de recolha de dados pelas limitações constitucionais e de delimitação da amostra, que começa, desde logo, pela dificuldade de identificar quem é cigano e também, no caso português, em virtude dos impedimentos constitucionais de identificação de origem étnica ou cultural. Segundo esta autora, os critérios mais correntemente usados para identificar quem é cigano e quem não é, é a auto e hétero-identificação, ou seja, tendo por base aqueles que se identificam como ciganos e a identificação como ciganos, por parte de outros (Messing, 2014).

Em contexto português, vários estudos têm procurado desmistificar a essencialização e reificação que normalmente envolve a excessiva homogeneização dos conceitos cigano e «comunidade cigana» (Magano, 2014; Mendes, 2007; Mendes, Magano & Candeias, 2014), nomeadamente, no que se refere a características sociais, traços culturais e modos de vida que se diferenciam atendendo às zonas de residência e tipos de habitat, à inserção profissional, à história da família e inter-relação com a sociedade envolvente e segundo o estatuto social. Acresce que faltam estudos e projetos com as pessoas ciganas, de caráter colaborativo e participativo, que perspetivem os ciganos como sujeitos ativos e coprodutores de conhecimento.

A implementação do sistema democrático, em abril de 1974, para além de ser um marco fundamental na história de Portugal, também se revela essencial para as transformações que marcaram a vida dos ciganos portugueses, especialmente, com a incrementação de medidas que permitiram uma maior consolidação do Estado Providência, assente no universalismo das políticas públicas. Este princípio orientador reforçou a responsabilidade do Estado e da sociedade em geral no sentido de promover a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos. No entanto, alguns dados indicam disparidades entre ciganos e não-ciganos em áreas tão fundamentais como a educação, emprego, saúde e habitação, entre outras (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

## 2. Políticas públicas com impactos na melhoria das condições de vida das pessoas e famílias ciganas

Algumas das medidas de política social introduzidas em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974, embora dirigidas à população em geral, acabaram por ter impacto nas pessoas e famílias ciganas, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade da escolaridade, mas também aos realojamentos promovidos pelo Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), Programa Especial de Realojamento (PER), Prohabita e Iniciativa Bairros Críticos, à implementação do Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção (RMG/RSI) e ao acesso das famílias ciganas a este apoio social, ao Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), ao Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), o Programa Escolhas, Programa Opré Chavalé, Roma Educa e mais recentemente o Programa Bairros Saudáveis.

Ao nível da habitação, o Estado investiu financeiramente em ações específicas de realojamento em habitações sociais de custos controlados (construídas ou adquiridas), tais como o PIMP, a partir de 1987, PER, que teve início em 1993 e foi substituído em 2004 pelo Prohabita, e a Iniciativa Bairros Críticos, entre 2005 e 2013. A habitação de promoção pública enquanto domínio de política pública procurou, assim, a resolução global de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional e criar as condições para a erradicação das barracas existentes nos municípios, sobretudo da AMP e da AML. Em 2020 e em virtude de a pandemia se alastrar e intensificar em territórios marcados por uma maior precariedade sócio-habitacional, foi criado o Programa Bairros Saudáveis,<sup>1</sup> que adota uma lógica participativa e que visa a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. A questão do acesso a habitação continua a ser um problema presente na atualidade a estar presente na atualidade com a assunção da habitação no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e o lançamento de um novo programa de intervenção a este nível (Decreto-Lei n.º 37/2018).

Todavia, vários estudos localizados em vários pontos do país revelam a persistência de problemas habitacionais por parte de famílias ciganas (Mendes *et al.*, 2014; Assunção, 2019, Medinas, 2018, Pinto, 2017, Pereira, 2016, entre outros), que ainda não têm garantido o acesso a uma habitação condigna ou vivem em habitação de tipologia desajustada ou a necessitarem de obras de reabilitação.

Em termos de proteção social, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) foi criado em 1996, com aplicação a partir de 1997, e substituído, em 2003, pelo

---

<sup>(1)</sup> <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/>.

Rendimento Social de Inserção (RSI). Estas medidas de política social de combate à pobreza destinam-se a apoiar as pessoas ou famílias que se encontram em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social; consubstanciam-se numa prestação em dinheiro, para satisfação das necessidades básicas, e num programa de inserção que favoreça a integração social, profissional e comunitária. Sistemáticamente acusados de serem os principais beneficiários do RSI, os dados revelados por Branco (2003) e pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura – Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2009) indicam que, em comparação com o número global de beneficiários a % de população é reduzida, na ordem dos 3%.

Apesar de haver famílias ciganas que usufruem do RSI, muitas das vezes, o acesso a essa prestação social não é suficiente para que não se encontrem em situação de pobreza e até, frequentemente, em que exista um afastamento de atividades económicas que tradicionalmente eram exercidas pelas famílias, como a venda ambulante ou a prática de algum biscate (Santos, 2013; Santos & Marques, 2012), podendo até ser um forte inibidor para o exercício de qualquer atividade complementar. Vários relatórios internacionais elaborados pelo Banco Mundial (2014) e pelo European Roma Rights Centre – ERRC (2007 e 2014) a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia – FRA (2012, 2014, 2017, 2018<sup>a</sup> e 2018<sup>b</sup>) continuam a assinalar a débil situação das pessoas ciganas em Portugal seja em termos de condições de vida, seja de condições de habitação e escolarização. Também o estudo nacional sobre pessoas ciganas (Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas – ENCC) realizado em 2014, em que foram inquiridas 1599 pessoas ciganas, revela que cerca de 48% dos entrevistados indicaram ter passado fome, dos quais 18,6% passaram fome 1-2 vezes por ano, 13,7% entre 1-2 vezes por mês e 15,8% indicam que muitas vezes ficavam com fome. Esta situação tende a ser mais frequente entre os indivíduos menos escolarizados, no escalão mais baixo (não sabe ler nem escrever), estes, quase ¼ dos sujeitos (24%) responderam que «muitas vezes ficaram com fome». Também uma segmentação por idade demonstra que é no escalão etário mais velho (> 65 anos) que se observam as situações mais extremas em que 46% passaram fome pelo menos uma a duas vezes por mês. Nos casos em que existe esta privação alimentar, 28,8% destas pessoas recorrem ao apoio de familiares e com menor frequência ao apoio de instituições e vizinhos (19,6% e 15,9% dos casos). A mendicidade foi uma situação apontada apenas por 2,7% dos inquiridos. São referidas outras estratégias para além do apoio de familiares, vizinhos e instituições, como por exemplo pedir ajuda ao pastor da igreja, à assistente social ou a outras famílias ciganas, pedir fiado, penhorar ou vender bens da casa e recorrer a associações de apoio locais (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

No que se refere à escolaridade as pessoas ciganas têm, de uma forma geral, níveis baixos, ainda com alta incidência de analfabetismo ou de frequência de 1.º ciclo de escolaridade do ensino básico, sem a conclusão de qualquer grau de ensino seja a nível nacional (Mendes, Magano & Candeias, 2014) seja a nível local (Pinto, 2017; Pereira, 2016, Medinas, 2018, Assunção, 2019, Silva, 2014).

Ainda resultados no âmbito do ENCC, mostram que 1/3 dos inquiridos nunca frequentou a escola ou não foi além do 1.º ciclo do ensino básico e apenas 2,8% possuíam um diploma do ensino secundário e/ou superior (Mendes, Magano e Candeias, 2014), em contrapartida, 19,2% da população portuguesa detinha o ensino secundário e 16,5% o ensino superior (Pordata, 2014). Estes níveis de escolaridade não se distribuem de forma homogénea e uniforme pelo país, sendo possível evidenciar padrões de caráter regional. Com efeito, mais de metade (54%) dos ciganos residentes na região Norte possui escolaridade ao nível do 1.º ciclo (completo ou incompleto), no Centro denota-se uma maior expressão daqueles que não sabem ler nem escrever (28%), situação que se agrava no Alentejo e no Algarve, onde tal valor atinge os 38% e 39%, respetivamente. Informações do Ministério da Educação revelam ainda que, em relação ao ano letivo de 2016/2017, 48% dos alunos ciganos acumulavam uma ou mais retenções (DGEEC, 2018). Os dados disponibilizados pelo Perfil Escolar das Comunidades Ciganas (DGEEC, 2020), referentes aos alunos de origem cigana matriculados indicam que 10,2% das crianças das crianças ciganas estão inscritas na educação pré-escolar e 87,2% frequentam o ensino básico. Os maiores problemas de continuidade passaram a residir sobretudo nas transições de ciclo de escolaridade (do 1.º ciclo para o 2.º e do 2.º para o 3.º) (Mendes, Magano & Candeias, 2014) e manifestam-se pelo aumento do abandono conforme aumenta o nível de escolaridade, aumento de taxas de retenção, taxas elevadas de insucesso mas também na constatação de passagens de ano sem a aquisição das competências necessárias e a perceção de que a escolaridade obrigatória não é uma necessidade (Abrantes, 2008). De acordo com este inquérito aplicado a escolas públicas pela DGEEC (2020), no ano letivo 2018/2019 apenas 2,9% dos jovens ciganos frequentavam o ensino secundário.

No que se refere à retenção existem elevadas taxas, de 15,3% (22,1% no 1.º ciclo e 17,7% no 2.º ciclo), bem como é possível salientar algumas disparidades regionais. As taxas de retenção mais elevadas são na Área Metropolitana de Lisboa 23,5%, Alentejo 22,3%, Algarve 21,9%, por oposição a 9,5% no Norte (DGEEC, 2020).

As altas taxas de retenção de estudantes ciganos são um dos problemas detetados assim como o abandono escolar precoce. Nicolau (2010), num estudo realizado sobre os ciganos em Trás-os-Montes constata que entre alunos que frequentam o 1.º ciclo em 2005/2006 se verificavam elevadas taxas de insucesso

(45%) e abandono escolar (15%). A DGEEC (2020) assinala o abandono escolar precoce por parte de crianças e jovens ciganos, e nos dois estudos da DGEEC é possível verificar que se passou de 5,9% para 8,1%, ou seja, houve um aumento de abandono.

Os baixos níveis de escolaridade refletem-se nas oportunidades de atividades profissionais e de formação, com a tendência para a concentração no exercício de atividades relacionadas com a venda ambulante, por conta própria, mas também a importância que assume o recebimento do Rendimento Social de Inserção (Mendes, Magano & Candeias, 2014). O recebimento da prestação social do RSI implica a aceitação de um plano de inserção com a obrigatoriedade de inscrição no Centro de Emprego. Mas o estatuto de desempregado, decorrente do benefício do RSI, como assinala Pereira (2016), não implica necessariamente o acesso a propostas de formação adequadas ou a qualquer proposta de trabalho, por desajustamento entre as propostas disponíveis e as qualificações dos inscritos ciganos.

Em Portugal existem algumas políticas educativas que visam reduzir e prevenir o abandono escolar e também promover o sucesso educativo. O direito à educação, consagrado na Constituição da República Portuguesa, e a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (Artigos 73.º a 77.º) assume uma importância fulcral na sociedade portuguesa. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) estabeleceu o quadro geral do sistema educativo atual e advoga um ensino básico universal, obrigatório e gratuito em que foi estabelecida a obrigatoriedade de frequência do ensino básico até ao 9.º ano de escolaridade ou até aos 15 anos. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabeleceu o cumprimento da escolaridade até ao 12.º ano e o alargamento da idade até aos 18 anos, bem como a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade (Magano & Mendes, 2020).

O Estado Português tem demonstrado alguma preocupação com as desigualdades em termos de acesso à educação e também no que se refere ao insucesso escolar. A este nível destacamos algumas políticas dirigidas especialmente à população, mas vulnerável do ponto de vista social em que destacamos o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) (1996) e o Programa Escolhas<sup>1</sup>, uma vez que incidem sobre estudantes mas vulneráveis do ponto de vista social e económico. O programa TEIP tem por objetivos centrais a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos, sendo uma medida promovida pelo Ministério da Educação. Por sua vez, o objetivo do Programa

---

(1) Surgiu em 2001 e vai na 8.ª geração.

Escolhas é promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Esta medida é promovida pela Presidência do Conselho de Ministros, integra-se no Alto Comissariado para as Migrações e assume um âmbito geográfico nacional, ainda que incida preponderantemente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Desde 2014 existe um programa de apoio a estudantes no ensino superior, o Opré Chavalé, gerido pela Associação Letras Nómadas e pela Plataforma pelos Direitos das Mulheres. Este projeto é de ação positiva e visa promover a integração de jovens ciganas/os no Ensino Superior (Baranyai & Kiss, s/d). Não são ainda públicos os resultados do impacto deste projeto uma vez que a gestão não é feita por uma instituição pública, nem pelo Ministério da Educação.

Em 2019 surgiu um programa de bolsa de estudo de apoio a estudantes no ensino secundário (10, 11.º e 12.º anos de escolaridade), o Roma Educa<sup>1</sup> e tem por base o desenvolvimento pessoal e integração social das pessoas ciganas, promovido pelo Alto do Comissariado para as Migrações, através do Programa Escolhas, e que visa atribuir 100 bolsas de estudo para o apoio à frequência e permanência no ensino secundário para estudantes provenientes das comunidades ciganas para o ano letivo 2019/2020. No ano letivo 2020/2021 este programa foi alargado a estudantes no 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade) e pretende abranger 120 estudantes ciganos, preferencialmente em territórios abrangidos pelos projetos locais financiados pelo Programa Escolhas. De acordo com o regulamento podem candidatar-se à atribuição destas bolsas de estudo, os/as estudantes que, à data da apresentação da candidatura, preencham cumulativamente os seguintes requisitos: *a)* Estejam matriculados e a frequentar um dos anos de escolaridade previstos; *b)* Sejam provenientes de comunidades ciganas; *c)* Sejam residentes no território nacional. A bolsa de estudo consiste numa prestação pecuniária atribuída mensalmente aos/às estudantes que preencham os requisitos e destina-se à comparticipação nos encargos inerentes à frequência de estudos e os encargos suportados por esta bolsa devem respeitar a despesas relativas a material escolar, alimentação e deslocações em transportes públicos, resultantes da frequência escolar, devendo os respetivos documentos de despesa ser devidamente apresentados para posterior verificação. O montante da bolsa de estudo é, por estudante, de 50 € (cinquenta euros) mensais. O prazo de candidaturas para o ano letivo 2020/2021 decorreu até ao fim do mês de janeiro, mas o ano letivo iniciou-se em setembro 2020, o que significa que não existe

---

<sup>(1)</sup> Ver em <https://www.acm.gov.pt/-/programa-de-bolsas-roma-educa-candidaturas-abertas-ate-30-de-setembro> e <https://www.acm.gov.pt/-/programa-de-bolsas-roma-educa-candidaturas-abertas-ate-29-de-janeiro-2021>.

coincidência entre as datas nem se conhece de que forma é garantida essa atribuição<sup>1</sup>

Apesar das várias políticas existentes não são conhecidos impactos muito significativos no aumento da escolaridade por parte das pessoas ciganas, mesmo nas gerações mais jovens. Sendo a educação um eixo da estratégia nacional é incompreensível que a gestão de programas não esteja a cargo do ministério da educação ou que exista uma monitorização por parte desse organismo.

Está também em fase de expansão o programa promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e cofinanciado pelo POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, para a criação de equipas de mediadores interculturais e de intervenção municipal dirigida à integração das comunidades imigrantes e das comunidades ciganas. Foi feita uma avaliação do programa preliminar entre 2009-2013 (Castro & Santos, 2015) mas desde então não são conhecidos outros relatórios de avaliação.

Outro programa, a nível nacional, que decorre do Programa Europeu de Formação de Mediadores de um programa europeu, é o ROMED – Governação Democrática e Participação Comunitária Através da Mediação. O ROMED em Portugal é executado pela Letras Nómadas-Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas, através de protocolo estabelecido com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e com a coordenação do ACM, I.P. Visa dar implementar metodologias locais de integração das comunidades ciganas com mediação e participação ativas das próprias comunidades, em articulação com outras medidas de política Pública e dirige-se a mediadores/as provenientes das comunidades ciganas, com o objetivo central de melhorar a qualidade e a eficácia do seu trabalho, promovendo uma melhor comunicação e cooperação entre as comunidades ciganas e as instituições públicas.<sup>2</sup>

Os baixos níveis de escolaridade e formação profissional repercutem-se nas poucas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho sendo que subsistem diferenças claras e significativas entre os ciganos portugueses e a população em geral. Estas diferenças são, antes de mais, reflexo de velhas e conhecidas formas de desigualdade estrutural e expressas em níveis de desfavorecimento assinaláveis face aos demais cidadãos, sobretudo no acesso e permanência na escola, no acesso à formação profissional, no acesso ao emprego e à habitação (mercado formal) e no acesso aos serviços públicos e à justiça (Mendes, 2007; Magano & Mendes, 2014). A este nível, ainda é pouco visível o impacto da Estratégia Nacio-

---

<sup>(1)</sup> <https://www.acm.gov.pt/-/programa-de-bolsas-roma-educa-candidaturas-abertas-ate-29-de-janeiro-2021>.

<sup>(2)</sup> <https://www.acm.gov.pt/-/estrategias-locais-de-integracao-das-comunidades-ciganas-programa-romed-avanca-para-nova-edicao>.

nal para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI, 2013) e da revisão desta estratégia em 2018 (ENICC, 2018).

### **3. Projetos locais e intervenção social em áreas residenciais onde habitam pessoas e famílias ciganas**

Várias investigações realizadas pelas autoras, a nível nacional e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (p. ex. Magano, 1999; Magano, 2010; Mendes, 1995; Mendes 2007; Mendes, Magano & Candeias, 2014; Magano & Mendes, 2016; Mendes, Magano & Costa, 2020; Mendes, Magano & Candeias, 2016 e 2019, entre outros), mas também por outros autores em vários pontos do país (Santos, 2012; Silva, 2014; Pinto, 2017; Pereira, 2016, Medinas, 2018, Assunção, 2019) denunciam as graves situações habitacionais em que continuam a residir muitas famílias ciganas, nomeadamente ainda um número significativo de famílias que não teve acesso a uma habitação condigna ou vivem em habitações sobrelotadas ou sem condições de salubridade.

Durante algumas décadas a política de habitação em Portugal consistiu no realojamento em grandes aglomerados habitacionais, frequentemente afastados dos centros urbanos e em locais sem comércio ou serviços, assim como com redes de transportes deficitárias. Esta tipologia de realojamento provocou para além de distanciamento físico do centro também distanciamento social (Remy & Voyé, 1994) da restante população, o que provoca o surgimento de territórios estigmatizados e guetos (Wirth, [1928] 1980) e locais em que ninguém passa ou tem necessidade de ir denotando «aprisionamento» simbólico e geográfico no espaço de residência (Wacquant, 2014). Nos habitantes destes espaços residenciais é sentido o «efeito bairro» que evidencia desigualdades residenciais, mas também sociais (Nel.lo, 2021).

Estes locais de realojamento são frequentemente territórios «deprimidos» e alvo de múltiplos projetos de intervenção ao longo dos anos, sendo mesmo hiper-intervencionados mas em que é difícil a visualização de impactos positivos, muitas vezes com a presença de algumas instituições de solidariedade social, de projetos municipais ou de outra natureza. De facto, a focalização e a sobreposição de programas e projetos sociais (locais, nacionais e transnacionais) sobre estes espaços urbanos «problemáticos» acentuam ainda mais a estigmatização (Mendes, 2003).

Nos trabalhos de investigação que temos desenvolvido nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto foi possível conhecer alguns territórios habitacionais em que habitam pessoas ciganas e há longos anos existe intervenção social dirigida a toda a população residente. No âmbito do projeto «Fatores-chave para o sucesso

e continuidade dos percursos escolares dos ciganos: indivíduos, famílias e políticas públicas»<sup>1</sup> foi efetuado o mapeamento de instituições presentes nos locais em que residiam pessoas ciganas assim como projetos de intervenção social. Assim, foi possível aferir que, de um modo geral, nestes territórios de realojamento existem projetos e técnicos, alguns com largos anos de experiência profissional e conhecimento da população. Esta identificação resultou do cruzamento de informação obtida através de contactos informais com representantes de municípios e juntas de freguesia, com associações e outras entidades que desenvolvem trabalho de terreno com pessoas ciganas, bem como através de pesquisas prévias realizadas pelos membros da equipa.

Numa primeira fase elaborou-se um mapeamento dos territórios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com o objetivo de conhecer os projetos de intervenção social em curso e o perfil das populações ciganas residentes nestas áreas. Foi feito um levantamento de organismos, projetos e intervenções locais em cada um dos territórios escolhidos e foram contactados responsáveis e técnicos, bem como mediadores ciganos, que trabalham com esta população em projetos locais. Neste contexto, realizou-se 36 entrevistas<sup>2</sup> entre novembro de 2013 e março de 2014.

Numa segunda fase, com base na sistematização de informação recolhida, foram selecionados 6 territórios, 3 em cada uma das áreas metropolitanas para a realização de observação etnográfica, quer nos contextos de residência/bairro, quer nas escolas. Deste modo selecionaram-se três bairros de promoção pública, respetivamente nas duas AM; na cidade do Porto, os Bairros do Lagarteiro e o Bairro do Cerco do Porto e na cidade de Matosinhos, o Bairro da Biquinha<sup>3</sup> Na AML foram selecionados o Bairro 2 de Maio em Lisboa, o Bairro Casal do Silva na Amadora e a Quinta da Fonte, em Loures<sup>4</sup> A escolha destes locais prendeu-se com o cruzamento de vários critérios, tais como: a facilidade de aproximação ao terreno pelo facto de dispormos de conhecimentos prévios e contactos no terreno; a implementação de políticas públicas e medidas diversificadas; a presença

---

(1) Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/MCTES, referência PTDC/IVC-PEC/4909/2012), no contexto de uma parceria entre o CIES-IUL do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) – e o CEMRI / Universidade Aberta.

(2) Em algumas entrevistas participaram mais do que um entrevistado. Ao todo foram entrevistadas 49 técnicas e técnicas, coordenadores e mediadores.

(3) Na área metropolitana do Porto os Bairros do Lagarteiro e do Cerco localizam-se na zona oriental da cidade do Porto, concretamente na freguesia de Campanhã. O bairro da Biquinha localiza-se em Matosinhos, na freguesia de Matosinhos.

(4) Os territórios estudados na área metropolitana de Lisboa foram a Urbanização Quinta da Fonte, localizado na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, no concelho de Loures; o bairro Casal do Silva, na freguesia da Falagueira, concelho da Amadora e no Bairro 2 de maio, na freguesia da Ajuda, concelho de Lisboa.

de um número significativo de pessoas e famílias ciganas; a existência de projetos no território (Programa Escolhas); a existência na envolvente de zonas residenciais socialmente heterogéneas e diversidade do tipo de alojamento, e a presença destes territórios nas notícias dos *Media*.

A opção pelo método etnográfico justifica-se pelo facto de que permite uma aproximação maior ao campo e às pessoas que queremos estudar. No caso de estudo de pessoas ciganas, a aproximação sistemática e aprofundada traduz-se em ganhos substanciais de aprofundamento de relações e de conhecimento (Lopes, 2006; Acedo, 2012).

Assim, o trabalho etnográfico desenvolvido teve por objetivo estabelecer uma relação de proximidade e de confiança com as pessoas ciganas que aqui residiam e acompanhar os seus quotidianos individuais e familiares. Pretendia-se conhecer de forma aprofundada e comparativa as suas condições e modos de vida, bem como as relações que estabeleciam com a intervenção local, com as escolas e com os seus vizinhos, ciganos e não ciganos. Explorou-se a forma como se apropriavam dos lugares em que viviam, públicos e privados, e dos espaços institucionais que frequentavam. Procurou-se também traçar relações entre o passado e o presente etnográfico, de forma a evidenciar as mudanças e continuidades vividas pelas pessoas ciganas que fomos conhecendo e pelas suas famílias, principalmente, no que diz respeito à aproximação aos contextos escolares e/ou de aprendizagem e à valorização e continuidade dos percursos escolares, dos próprios e dos seus descendentes. Um olhar particular foi consagrado às dificuldades vividas e às formas de superação destas, assim como aos apoios recebidos, económicos ou de outro tipo.

Nos territórios selecionados para o trabalho etnográfico foram também desenvolvidas etnografias em algumas escolas sendo que as duas etapas de trabalho decorreram em paralelo, de acordo com um registo de observação de campo comum, aberto, cujo intuito mais do que limitar a observação etnográfica visou estabelecer bases comuns de partida que facilitassem o processo comparativo. Assim, na AMP foram desenvolvidas etnografias no Agrupamento de Escolas<sup>1</sup> do Cerco e no AE Professor Óscar Lopes, em Matosinhos. Na AML o trabalho de campo decorreu no AE Francisco Arruda (Ajuda) na AE Mães d'Água (Amadora) e AE da Apelação (Loures). Com exceção do caso do AE Francisco Arruda<sup>2</sup> a

---

(1) Para facilitar a leitura, em relação à designação Agrupamento de Escolas usamos a sigla AE.

(2) No caso do AE Francisco Arruda, a população cigana provém de toda freguesia, repartindo-se por este AE e pelo AE do Restelo, que é frequentado pelas crianças ciganas do 2 de Maio nos primeiros anos de escolaridade (1.º ciclo), já que mais tarde, no 2.º ciclo, a maioria transita para o AE Francisco Arruda.

grande maioria das crianças e jovens ciganos/as que frequentam os AE residem nos bairros indicados.

Ao longo do trabalho de campo nos bairros das duas áreas metropolitanas foram realizadas 73 entrevistas semiestruturadas a pessoas ciganas residentes<sup>1</sup> incidindo as questões sobre a relação indivíduo/família e educação.

Numa última fase da investigação foram realizados *focus group*: 4 na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e 5 na Área Metropolitana do Porto (AMP) (entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015). No total participaram nos vários *focus group* 71 pessoas entre técnicos, docentes e pessoas ciganas. O objetivo foi a recolha das opiniões dos participantes e debate de ideias sobre tópicos relacionados com a escolarização da população cigana residente nos bairros referidos tendo por base resultados obtidos através de instrumentos de recolha de informação anteriormente aplicados (entrevistas a técnicos e coordenadores, entrevistas a pessoas ciganas e trabalho etnográfico nos bairros e nas escolas).

Como já atrás foi referido, Portugal não integra a variável «etnia» nos censos (oportunidade perdida nos Censos 2021), resultando daí um desconhecimento sobre o número real e localização geográfica dos portugueses ciganos. Contudo, grande parte dos municípios contactados possui alguns dados numéricos sobre a presença de ciganos no seu território, sobretudo no que concerne à população cigana identificada como em situação de «carência». Assim, de acordo com as auscultações exploratórias realizadas, são sobretudo as Divisões de Ação Social e de Habitação que recolhem e dispõem de dados sobre ciganos residentes no município.

O levantamento foi realizado a par da identificação das áreas de residência de população cigana, resultando do mesmo processo de cruzamento de informação. Foi também possível mapear alguns projetos de intervenção com pessoas ciganas enquadrados em medidas de política social como os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), Programa Escolhas – 5.<sup>a</sup> Geração. A consulta de documentação disponível *online* (como, por exemplo, consulta do Projeto Educativo dos Agrupamentos escolares, Rede Social e da Carta Social dos municípios), permitiu uma identificação exploratória das escolas com uma significativa presença de alunos ciganos e de algumas instituições que intervêm junto dos ciganos. Para este mapeamento de projetos, instituições de intervenção e pessoas ciganas foram também contactados mediadores ciganos e não ciganos, bem como outras pessoas de referência.

Neste artigo, detemo-nos sobre os resultados obtidos através da aplicação de entrevistas em profundidade a atores institucionais e interlocutores privilegiados

---

<sup>(1)</sup> Efetuaram-se 37 entrevistas na AML e 36 na AMP.

nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto: no sentido de identificar os fatores-chave que mais contribuem para o sucesso escolar de alunos de origem do ponto de vista de técnicos de intervenção, coordenadores de projetos e de instituições com presença local, mediadores e professores.

Os entrevistados para este estudo provêm de diferentes instituições de ensino e programas de intervenção social. A grande maioria exerce funções em jardins-de-infância ou escolas do 1.º ao 3.º ciclo. Como é o caso de professores, educadoras de infância, técnicos na área da psicóloga e de serviço social e mediadores.

Na AMP foram realizadas 18 entrevistas<sup>1</sup> e na AML foram realizadas 13 a representantes de Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, Associações de Desenvolvimento Local, Escolas, Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento – ONGD, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Cooperativas de Solidariedade Social, Jardins-de-infância e de escolas de 1.º e 2.º ciclo de escolaridade, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Os entrevistados exercem diferentes atividades profissionais (professores, educadores de infância, técnicos, responsáveis institucionais, mediadores) mas todos trabalham diretamente com pessoas ciganas, em contextos territoriais de residência ou instituições com intervenção direta. Deste modo, a área de intervenção predominante entre as instituições consideradas é a educação, dado a incidência de projetos do Programa Escolhas, e de escolas com projeto do Programa de Territorialização de Políticas Educativas de Intervenção Prioritária (TEIP).

O papel das instituições na resolução dos problemas da população cigana é sobretudo de mediação, designadamente na ligação, facilitação e agilização do acesso aos mais diversos serviços – de saúde, educação, habitação, segurança social, entre outros –, no mais das vezes ajudando a decifrar informações veiculadas oficialmente. Vários testemunhos apontam o papel de manipulação estratégica exercido por via do Rendimento Social de Inserção (RSI), uma vez que esta medida obriga ao cumprimento de determinados requisitos e obrigações e acaba, assim, por influenciar o comportamento das pessoas ciganas.

No que respeita à adesão dos ciganos a serviços e projetos, importa ressaltar que muitas destas entidades são encaradas como locais onde é possível encontrar resposta para todos os problemas quotidianos, apesar de as suas áreas de intervenção prioritária serem específicas e mais restritas. Em geral, a participação da população cigana nos serviços e projetos é elevada e as opiniões manifestadas são globalmente positivas, sendo fortemente influenciadas pela criação e conso-

---

<sup>(1)</sup> Todas as entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas com recurso ao software de análise de dados qualitativos MaxQda.

lidação de relações de confiança com os técnicos. Os projetos que se localizam nos conjuntos habitacionais onde as famílias ciganas residem ou que pressupõem uma articulação direta com elas granjeiam opiniões muito positivas da parte dos ciganos, decorrentes das relações de proximidade e confiança estabelecidas ao longo do tempo.

Os entrevistados salientam alguns desafios que se colocam às instituições na intervenção com as pessoas ciganas, no presente e no futuro, a técnica e os responsáveis entrevistados apontam seis grandes prioridades: 1. Superação dos constrangimentos próprios do funcionamento das entidades, que estão associados aos modelos de financiamento dos projetos e recursos humanos, e que, por sua vez, interferem inevitavelmente no planeamento, a médio prazo, consecução e avaliação da qualidade das atividades. 2. Necessidade de se promover uma mudança na postura de intervenção dos profissionais de serviços sociais, educativos, de saúde, entre outros, que lidam com a população cigana nos territórios. 3. Necessidade de desenvolvimento de um trabalho mais sistematizado e estruturado com as famílias e os indivíduos ciganos. 4. Promover a divulgação da cultura cigana, nomeadamente da música, dança e moda, enquanto forma de promoção de uma aproximação e melhor inserção dos ciganos na sociedade local. 5. Promoção da (re)integração dos ciganos com necessidade de se superar práticas de concentração, segregação e discriminação que ocorreram no âmbito dos processos de realojamento realizados. 6. Meta de capacitação e empoderamento dos indivíduos ciganos, sugerindo, porém, vias distintas para a alcançar: promoção da autonomia e independência na resolução dos problemas do dia-a-dia e reforço da autoestima e da autoconfiança; aquisição e desenvolvimento de competências profissionais e de empreendedorismo, aumento dos níveis de escolaridade e literacia, sobretudo das mulheres, aposta numa mudança de mentalidades, com a expectativa de que o trabalho desenvolvido com as mães e os pais produza os seus efeitos nos comportamentos das gerações mais jovens, trabalho com homens e mulheres, numa perspetiva de igualdade de género.

A perspetiva de uma entrevistada remete precisamente para esta necessidade de trabalho de longa duração que não se coaduna com os limites temporais da execução de um projeto: «Isto não se consegue num ano nem em dois anos.» (Coordenadora de um Projeto do Programa Escolhas, 37 anos, AML)

Outra perspetiva também largamente partilhada por quem trabalha diretamente com a população cigana que vive em alguns dos territórios (p. ex. Bairro Casal do Silva) é a de que esta é uma população essencialmente marcada pela carência social e económica. Sem estruturas de suporte ou indícios de uma organização que os possa levar a sair deste ciclo de pobreza. São muito poucas as famílias que se caracterizam por ter um trabalho que permita sustentarem-se economicamente predominando, desta forma, o peso da prestação social que

recebem por via do Rendimento Social de Inserção (RSI). No caso deste bairro referenciado, além da pobreza a população cigana residente ela é fortemente marcada pela consanguinidade. O facto de os seus membros se casarem entre si é um dos fatores apontados para uma elevada incidência de problemas genéticos, que se manifestam em deficiências e problemas de desenvolvimento cognitivo.

#### **4. Perspetivas dos interventores locais sobre a integração dos ciganos**

Uma das questões colocadas procura apreender a opinião dos entrevistados sobre a integração das pessoas ciganas quer na sociedade portuguesa quer nos territórios analisados. Observa-se que mais de metade dos entrevistados considera que, de um modo global, a população cigana não está integrada, outros afirmam que as pessoas ciganas estão «mais ou menos integradas» e ainda outros assumem que já se encontram integrados.

Se considerarmos o sentido sociológico do conceito de integração (Schnapper, 2000 e 2007), enquanto incorporação de normas sociais e participação na vida coletiva, sobretudo através das dimensões económica, social e simbólica, por via das instâncias de socialização, verifica-se então que, para a generalidade dos entrevistados, as pessoas ciganas não estão integradas, devido ao «fechamento» em que se encontram. Deste modo, os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa não estão garantidos a todos os cidadãos portugueses, particularmente aos ciganos portugueses. O testemunho que apresentamos seguidamente sintetiza de uma forma bastante clara a perspetiva daqueles que defendem que a integração da população cigana não se consumou na sociedade portuguesa, em pleno século XXI, e as várias esferas em que se podem traduzir os processos de exclusão nos diversos territórios analisados: económica, profissional, social, escolar e política.

Estão longe de estar integrados. Quando temos em todas as famílias uma atividade da economia paralela, quando temos em todas as famílias alguém preso, quando temos em todas as famílias um número de retenções escolares elevado, quando em nenhuma família [se cumpre] a escolaridade mínima obrigatória, quando a participação cívica é reduzida e não há participação, por exemplo, no ato eleitoral, não temos nenhum elemento da comunidade cigana numa candidatura a uma Junta de Freguesia, a uma Câmara Municipal, estão longe de estar integrados. (AMP, coordenadora Projeto Escolhas, 35 anos)

Além das áreas mencionadas, evidencia-se ainda a exclusão sentida ao nível habitacional, pelas enormes dificuldades ou mesmo impossibilidade de arren-

damento no mercado privado; profissional, pela ausência de oportunidades; social, pela sua não-aceitação plena na sociedade em geral. Se, por um lado, as pessoas ciganas são acusadas de se autoexcluírem, porque se fecham, protegem-se, voltam-se para si próprias, não abdicam das suas raízes culturais, formando «uma comunidade quase blindada» (AMP, técnico projeto local, 38 anos), por outro lado, «a sociedade maioritária quando pretende incluir alguém, pretende incluí-la no seu molde ou na sua medida» (AMP, técnico projeto local, 36 anos), sendo a especificidade da cultura cigana vista como um obstáculo.

Mas a integração acontece a várias dimensões (Schnapper, 2007) e os entrevistados que entendem a «não-integração dos ciganos» admitem que existem algumas áreas nas quais o caminho que tem vindo a ser percorrido permite vislumbrar sinais positivos, como sejam a saúde, a habitação ou a escolarização das crianças e jovens – ainda que somente nos primeiros ciclos. Os entrevistados que defendem que as pessoas ciganas estão «mais ou menos integradas» justificam a sua resposta atendendo ao facto de que nos territórios que melhor conhecem, ou seja, aqueles onde trabalham, há famílias ciganas que já se relacionam com a sociedade maioritária e são aceites. «Com esta família tudo bem, sei que com os outros... Não é por serem ciganos. Já se começa a ouvir um bocadinho isto.» (AMP, Técnica Associação para o Desenvolvimento Local, 35 anos) Persistem, contudo, outras famílias que vivem muito para si e para a «comunidade», que «é muito unida para fora mas completamente desunida para dentro» (AMP, Coordenadora Projeto Escolhas, 33 anos).

Quando questionados sobre as dificuldades que inviabilizam a integração da população cigana na sociedade, os entrevistados destacam a existência de preconceitos e estereótipos, que estigmatizam, discriminam e marginalizam as pessoas ciganas, e são alimentados pelo fechamento desta «comunidade», pelo desconhecimento das pessoas não ciganas e pela desconfiança mútua que se gera. Para um entrevistado da AMP (38 anos, projeto de intervenção) que tem experiência de trabalho com vários grupos que são alvo de discriminação, por exemplo, os toxicodependentes e os homossexuais, mas os ciganos são «um dos grupos mais marginalizados que existe, em Portugal e não só. (...) O estigma em relação a esta população cigana é mesmo muito forte e acho que é transversal a toda a sociedade. Muito mais forte do que nos outros grupos minoritários».

A discriminação e o estigma são transversais a toda a sociedade e a todos os domínios, marcando de forma indelével a vida quotidiana da população cigana. Na perspetiva dos entrevistados, as maiores dificuldades que emergem no dia-a-dia decorrem da manifestação desses fenómenos e prendem-se maioritariamente com as problemáticas da habitação, educação, emprego e formação, saúde e justiça.

O enorme apego às tradições é encarado como um obstáculo ao desenvolvimento social desta população que, segundo alguns testemunhos, padece de um atraso no tempo.

Eu continuo a achar que eles estão a anos de distância. Eles estão o que nós, não ciganos, éramos há cinquenta anos atrás. Aquilo que a minha mãe me conta que a mãe dela era ou a avó era. Não acho que seja muito diferente. (AMP, técnica de projeto local, 36 anos).

Assinala-se também que devido ao peso de certas tradições, por exemplo, do casamento, não raras vezes se assiste a episódios de ridicularização da cultura cigana. Ainda a propósito do fechamento da cultura cigana, constata-se que o facto das vivências se confinarem quase exclusivamente ao espaço residencial tem um efeito limitador.

Também a desadequação das políticas públicas face às características e especificidades da população cigana é apontada como uma barreira decisiva para a almejada integração:

Por todos os motivos de que eu já falei: a educação, os programas, a linguagem como barreira de comunicação. Posso dar um exemplo desta barreira: quando peguei neles não estavam vacinados. E eu tanto andei que descobri porque é que eles não estavam vacinados. Porque há uma criança que tomou a vacina contra o tétano e fez a reação de febre. Aliado a isto teve um choque anafilático e a criança esteve muito mal. Nunca ninguém explicou àquela comunidade que era normal acontecer. E a partir desse dia a vacina é uma coisa má. Eu demorei 2 anos até conseguir que eles se voltassem a vacinar, mas foi preciso um grande investimento. É que nunca ninguém percebeu porque é que eles deixaram de se vacinar. (AMP, técnica de ação social, 42 anos).

Os entrevistados foram questionados sobre os mecanismos que poderão facilitar essa integração e, nas suas reflexões, sugeriram os seguintes fatores promotores: o conhecimento mútuo, a compreensão e aceitação da diversidade cultural; o investimento numa política que reforce o conhecimento e o diálogo intercultural, tal como a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI, 2013); a aposta na escola e na escolarização das crianças, jovens e adultos ciganos.

Outro aspeto importante a considerar é a diversidade que é perspectivada pelos atores institucionais, sendo possível distinguir uns mais pobres do que outros, uns mais organizados do que outros:

Mas a Falagueira acho que não é representativo dos ciganos. Muitos dos problemas da Falagueira e do Casal do Silva têm a ver com os ciclos de pobreza, com o facto de haver uma consanguinidade enorme, tens duas famílias ciganas

que são praticamente 90% do bairro. (Amadora, Ex-Coordenadora do Programa Escolhas, idade não revelada)

Enquanto os outros (Ciganos do Bairro 2 de Maio – Ajuda) eram mais organizados, mesmo as famílias eram mais interessadas na escola, notava-se que as famílias tinham uma fonte de rendimento, tinha, as coisas fluíam normalmente, e aqui não. Aqui vivem muito do rendimento social de inserção, vivem numa situação muito mais precária do que aqueles da Ajuda.

[...] É assim, uma das coisas que me assustou mais foi haver tanta deficiência mental, sobretudo, que é uma coisa, para já, que é mal aceite pela comunidade cigana, de uma forma geral, e porque é que havia tanto aqui, e depois percebi que realmente o casamento entre primos diretos é aqui frequente. (AML, Técnicas do GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, 34 e 36 anos).

Mas é assumido que as políticas públicas tiveram efeitos amplamente positivos no aumento de alunos ciganos nas escolas, sobretudo devido ao RSI que tem como premissa a frequência da escola por parte das crianças cujas famílias recebem o subsídio e por outro lado também o intenso trabalho desenvolvido no terreno por parte das equipas do Programa Escolhas. A entrada dos alunos ciganos para o sistema de ensino trouxe novos desafios às escolas e em particular aos professores. Surgem, neste contexto os problemas de comportamento, a abstencionismo e mesmo o elevado número de abandono escolar durante o 2.º e 3.º ciclo.

Em termos de evolução. Depois de quatro anos de intervenção no território, o que tu notas é uma grande diferença em relação à escola. Houve uma maior abertura em relação à escola. Mas também notas um aumento brutal de problemas. Isto era paradigmático. Em muitas reuniões de professores a dizer «eu nunca tinha tido problemas com ciganos e agora estou sempre a chatear-me com eles». «Pois, mas tu não estavas cá». Agora eles vêm à escola. Resolvemos o problema do absentismo que era muito mais grave. Não era possível integrá-los se eles não lá fossem. Agora temos problemas de comportamento, depois havemos de ter outros, depois havemos de ter com o emprego». Mas eu ficava tão feliz quando me diziam que tinham problemas com os alunos, que era sinal que eles tinham ido à escola. Eles diziam «não vão nada. Eles não me deixam dar as aulas». Portanto, esse passo demos, esse passo pelo absentismo demos um passo grande. O passo do comportamento é um passo muito demorado que passa muito pelas respetivas famílias. (AML, Ex-Coordenadora do Programa Escolhas)

A verdade é que os profissionais, nomeadamente os que trabalham diretamente com ciganos veiculam ideias, crenças, valores e preconceitos existentes na sociedade. Por isso muitas vezes ainda que não de uma forma declarada é

possível encontrar no discurso dos atores institucionais uma visão preconceituosa dos ciganos. As generalizações que se seguem recolhidas nos discursos de alguns entrevistados evidenciam uma visão dos ciganos como violentos e infantis, incapazes de controlar os seus comportamentos.

Depois é assim, quando eu ponho um miúdo a falar, eles tropeçam, às vezes vem uma asneira, os ciganos não controlam, os ciganos dizem a asneira se tiverem de dizer. Se eu fosse fazer daquela asneira um castigo, quantos castigos é que eu já tinha dado aos ciganos. Não posso, tenho de perceber, tenho é de lhes dizer – cuidado que, pronto, isso é que... Eles quando dizem uma asneira fazem assim – ai senhor doutor. Saiu! Mas eu não lhes posso dizer – antes de sair pensem. Aos outros eu digo, aos de cor e aos outros, aos brancos eu digo – vejam lá, pensem antes. Ao cigano não porque ele não pensa, aquilo é saído como se estivessem a falar entre eles. (AML, Professor do 2.º e 3.º ciclo, 56 anos)

O papel de mediador é altamente defendido como fator positivo no âmbito de intervenção.

Foi uma proposta do «Escolhas» que as pessoas tivessem mediadores nos bairros. Não tinha de ser cigana, mediador era alguém que fazia trabalho de rua, no fundo. Convinha ser alguém da zona para ser uma cara conhecida. Mais facilidade de interação para ajudar a decifrar e traduzir alguns códigos que a gente não sabia. Era este o papel deles. Um pouco antes, ainda estávamos a fazer a candidatura a esta medida de mediador, apareceu-nos o António<sup>1</sup> e um outro rapaz que era o Francisco que eram do clube, estavam na Igreja e o senhor Vítor, que era um senhor lá do bairro que já não vive lá tinha-os mandado ao projeto como voluntários para ajudarem no trabalho e não sei quê. Pronto, já tinham ouvido de mediadores em Coimbra, já tinham de ouvir falar dessa coisa e resolvemos fazer aqui o mesmo. Então foram-se oferecer como voluntários e trabalharam durante um mês e meio. Chegaram em maio, ficaram até ao final do ano letivo, entre maio e junho estiveram a fazer voluntariado na escola. Animação de recreios, levar os miúdos a casa quando as mães não vinham à escola, conversar com os professores sobre os ciganos, iam desmistificando algumas coisas que eles próprios não sabiam tiveram que estudar o que dizer. E pronto, correu bem. Foi a primeira experiência, quando chegámos a dezembro para fazer a candidatura, o António ficou porque tinha o 9.º ano e o João não tinha e era obrigatório ter o 9.º ano e ficou como mediador. (AML, Ex-Coordenadora do Programa Escolhas)

A análise das entrevistas permitiu verificar que pessoas ciganas da AML e AMP embora partilhem um conjunto de características comuns, nomeadamente o facto de residirem em bairros sociais e o percurso escolar dos seus jovens ser

---

(1) Os nomes usados são fictícios.

caraterizado pelo abandono precoce têm também caraterísticas que as distinguem. As grandes diferenças encontram-se nas condições socioeconómicas e na exclusão social.

Verifica-se que uma maior adesão de crianças e jovens de origem cigana aos diferentes níveis de ensino se repercutiu num grande aumento nos últimos anos da taxa de frequência, o que obrigou os infantários e as escolas de diferentes ciclos a criarem estruturas para acomodar estas crianças. Para os entrevistados, o RSI e o Programa Escolhas foram medidas que em muito contribuíram para esse aumento. No que concerne aos jardins-de-infância os desafios colocaram-se ao nível do fraco desenvolvimento sociocognitivo das crianças, dos deficientes hábitos alimentares e de higiene e problemas ligados à adaptação das crianças ciganas a um lugar fora do seu contexto familiar. No caso do primeiro ciclo os desafios são muito semelhantes. Em ambos os níveis de ensino as taxas de absentismo das crianças ciganas não se distinguem dos restantes grupos. Ao nível do 2.º e 3.º ciclo as grandes dificuldades encontram-se no baixo desempenho escolar e na elevada taxa de absentismo que conduz ao abandono escolar. No caso das raparigas o abandono escolar é ainda mais acentuado devido ao casamento precoce. No sentido de combater o insucesso e abandono escolar foram adotadas várias medidas, nomeadamente, a criação de currículos alternativos como os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) ou Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) onde os jovens ciganos pudessem continuar a sua formação. Essas medidas pretendiam dar resposta aos alunos que não conseguem progredir no ensino regular. Embora os profissionais reconheçam as mais-valias destas medidas também são apontadas críticas. A seleção de professores e alunos com perfil para estes currículos alternativos constituem os principais desafios, uma vez que nem todos os professores se adequam às exigências que essas medidas acarretam. Mas há escolas com alunos ciganos em que não existem currículos alternativos: todos os alunos estão integrados no sistema de ensino regular e não temos informação suficiente para aferir o nível de adesão ao ensino pré-escolar e ao 1.º ciclo.

São poucos os alunos ciganos que progridem com sucesso ao longo do percurso académico. Nestes casos, segundo os entrevistados, são as suas caraterísticas pessoais, bem como a não identificação com a cultura cigana, que os diferencia e determina o seu sucesso escolar. A carta de condução é também uma razão apontada já que é necessário ter o 9.º ano de escolaridade para que seja possível ter licença de condução.

## 5. Notas finais

Partindo da identificação das principais políticas que têm surtido efeitos promissores sobre a vida das pessoas ciganas em Portugal e tendo por base a realização de entrevistas a técnicos e a coordenadores de projetos e a pessoas ciganas foi possível perceber as perceções que os informantes privilegiados têm sobre as características e condições de vida dos ciganos, ao nível da saúde, do acesso a prestações sociais, das condições de habitabilidade, da educação, do acesso ao emprego e à formação profissional, da existência de situações de discriminação, racismo e preconceitos, bem como das perspectivas de integração das pessoas e famílias ciganas.

Algumas políticas sociais implementadas em Portugal, nos últimos 40 anos, contribuíram efetivamente para a melhoria das condições de vida dos ciganos portugueses. Existem, porém, diferenças significativas entre as condições de vida dos ciganos portugueses e a população portuguesa em geral, persistindo velhas formas de desigualdade social expressas em pobreza, más condições de habitabilidade, baixos níveis de escolaridade, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, rendimentos incertos e, por vezes, dependência de prestações sociais. Mas as pessoas ciganas continuam a apresentar níveis de desfavorecimento assinaláveis face aos demais cidadãos nacionais, sobretudo no acesso e permanência na escola, no acesso à formação profissional, no acesso ao emprego e à habitação (mercado formal), no acesso aos serviços públicos e à justiça. Como forma de combater e esbater esse fenómeno, será de promover ambientes escolares positivos, sem conflitos na escola e no bairro para que haja sentimento de segurança, sobretudo em relação às raparigas, por parte das famílias. A presença de um mediador(a) cigano/a nas escolas é altamente valorizado quer pelos técnicos, professores e pais, mas que a sua função seja muito mais do que acudir em situações de emergência, mas em que tenha condições para desenvolver um trabalho de efetiva mediação social e cultural. Outras propostas que é possível sugerir implicam um maior envolvimento das famílias com a escola/participação nas atividades escolares, participação nas reuniões; a inclusão das crianças e jovens em turmas «mistas» (evitar concentração de alunos ciganos nas mesmas turmas, a formação contínua do corpo docente – recurso a mediadores ciganos certificados, a estabilidade do corpo docente (maior tempo de permanência nos territórios e mais conhecimento das famílias), a continuidade das intervenções (continuação dos projetos, implementação das boas práticas e trabalho em parceria).

Os impactos da escolarização na vida profissional são ainda percebidos pelas pessoas ciganas como pouco relevantes face às expectativas criadas, o que se pode dever a processos de discriminação e racismo estrutural e sistémico. Continuam

a ter uma formação muito abaixo da média nacional, apesar de significativamente maior do que a dos pais e mães mas sempre muito condicionados pelos constrangimentos colocados pelo mercado de trabalho e quando acedem, quase sempre é por via de profissões mais desqualificadas.

Apesar da potencial maior concentração dos serviços de intervenção social que existe nos espaços habitacionais em que residem pessoas ciganas nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o impacto, em termos de resultados alcançados são residuais e lentos e assiste-se a uma espécie de reprodução de proteção ao assistido (Dubois, 2021), sem que os intervencionados sejam convocados a participar na conceção e desenho da intervenção.

Ao longo da história da população cigana é significativo o papel do Estado na produção da sua marginalização. Além disso, a persistência de processos de segregação social e espacial em relação a pessoas ciganas reflete e reforça fortes desigualdades e divisões sociais (Mendes & Magano, 2016).

As consequências dos processos de realojamento habitacional indicam que esta medida apenas transfere os mesmos problemas para outros territórios. Os problemas sociais, culturais e económicos que existiam no pré-realojamento tendem a reproduzir-se nos novos espaços habitacionais, perpetuando estigmas negativos, isto é, a marginalização de que são alvo os ciganos, também se incorpora nos novos territórios de realojamento. Para alterar esta situação é necessária uma intervenção e abordagem integradas, participativas e multidimensionais, que promovam simultaneamente o desenvolvimento estrutural e a mudança social.

Em jeito de conclusão, impõe-se a adoção de práticas de trabalho colaborativo entre cidadãos ciganos em geral, instituições estatais e da sociedade civil, uma intervenção integrada e em rede, holística e de proximidade atentas à heterogeneidade cultural cigana e as especificidades territoriais existentes. Importa evitar que as pessoas ciganas continuem a ser apenas sujeitos das medidas e das políticas, tornando-se necessário implicá-las nas várias fases desde a conceção, implementação e avaliação das mesmas.

## BIBLIOGRAFIA

- Acedo, S. S. (2012). «Territorios de “preto”. Los que se quedan “sozinhos”». In Afonso, Ana Isabel (org.). *Etnografias com ciganos. Diferenciação e resistência cultural*. Lisboa: Edições Colibri. pp. 103-125.
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. (2013). *Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos*. Lisboa: ACIDI.
- Assunção, M. J. 2019. *Estudo sobre os ciganos residentes em acampamentos na cidade de Évora*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Banco Mundial (2014). Roma. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/region/eca/brief/roma>.
- Bastos, J. P. (Ed.). (2012). *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Braga, T. (1879). Origem dos ciganos. *O Positivismo*, nº 4.
- Branco, F. (2003). Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença. *Intervenção Social* (27), 119-139.
- Brazzabeni, M. (2012a). «De bairro em bairro: uma família cigana em Vila Real de Santo António entre discriminação burocrática e social e possíveis formas de vida». In J. G. P. Bastos (Ed.), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- Baranyai, B., and Nóra Kiss. n.d. *Opré Chavalé – Quebrar as barreiras que separam as comunidades ciganas no ensino superior*. Lisbon: Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Associação Letras Nómadas.
- Brazzabeni, M. (2012b). Já abalaste? Rumour and fama in the organization of lived space. *Etudes Tsiganes* (44-45), 190-209.
- Castro, A. (2012). *Na luta pelos bons lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de doutoramento em Antropologia, especialidade Antropologia Urbana. ISCTE-IUL, Lisboa.
- Castro, A. & Santos, M. (2015). *Mediadores Municipais Ciganos Balanço da Avaliação de um Projeto Experimental (2009-2013) Relatório Síntese*. Lisboa. ACM.
- Coelho, F. A. [1892](1995). *Os Ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura – Sub-comissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2009). *Relatório das Audições efectuadas sobre portugueses ciganos no âmbito do Ano Europeu para o diálogo Intercultural*. Lisboa: Assembleia da República.
- Correia, A. C. (2007). «Filhos da estrada e do vento... e da miséria (...) Porque estas terras são todas deles» – Danos de um relacionamento desigual de longa data. *Paper presented at First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb)*, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Correia, A. C. (2012). «A gente não tem casa, é um dia aqui um dia alé, somos ambulantes, pronto! A produção social do “nomadismo” cigano». In J. G. P. Bastos (Ed.), *Portu-*

- gueses Ciganos e Ciganofia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri – CEMME/CRIA. pp. 239-265.
- Cunha, J. & Magano, O. (2019). Ciganas e ciganos no Brasil e Portugal: uma análise comparativa acerca dos processos de integração e construção de políticas sociais. *Revista Antropológicas*. Ano 23, 30 (1): 251-280.
- DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2018), *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2016/17*. Lisboa, DGEEC.
- DGEEC – Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência. 2020. *Perfil Escolar das Comunidades Ciganas 2018/2019*. Lisbon: DGEEC.
- Dubois, V. (2021). *Contrôler les assistés – Genèses et usages d'un mot d'ordre*. Paris: Raisons d'Agir.
- ENICC, 2018. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2023. Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2018, Diário da República, 1ª série – N.º 230 – 29 de novembro de 2018.
- ERRC/NÚMENA. (2007). *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social – o caso dos ciganos*. Lisboa: ERRC – European Roma Rights Centre e NÚMENA – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.
- ERRC – European Roma Rights Center. 2014. «Portugal Continues Violating Housing Rights of Roma». Available in: <http://www.errc.org/article/portugal-continues-violating-housing-rights-of-roma/4304>.
- EU-FRA. (2009). *Housing conditions of Roma and Travellers in the European Union – Comparative report*. Luxembourg: European Communities.
- FRA. (2012). *The situation of Roma in 11 EU Member States Survey results at a glance*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- FRA. (2014). *Roma survey – Data in focus. Education: the situation of Roma in 11 EU Member States*. Luxembourg. European Union Agency for Fundamental Rights.
- FRA. (2017). *Second European Union minorities and discrimination survey. Technical report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- FRA. (2018a). *Fundamental Rights Report 2018. Technical report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- FRA. (2018b). *Transition from education to employment of young Roma in nine EU Member States*. Luxembourg: European Union Agency for Fundamental Rights.
- Lopes, D. S. (2006). Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. *Etnográfica*, 10(2), 319-336.
- Lopes, D. S. (2008). *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais: Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta.

- Magano, O. (2014). *Tracejar vidas ‘normais’: Estudo Qualitativo sobre a Integração dos ciganos em Portugal*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Magano, O. (1999). *Entre Ciganos ‘Portugueses’: Estudo sobre a integração social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Porto: Universidade Aberta.
- Magano, O. & Mendes, M. M. (2020). «Investigação sobre pessoas ciganas em Portugal. Hiato entre conhecimento e desenho de políticas públicas». In Magano, O. & Mendes, M.M. (Eds). *Ciganos em Portugal, Espanha e no Brasil. Analisando contexto, demandas e processos identitários*. Lisboa: Iscte-IUL. pp. 14-27 DOI: 10.15847/CIES2020-CIGANOSPTESSBR.
- Magano, O. & Mendes, M. M. (2016). Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso escolar das pessoas Ciganas. *Configurações*. 18 | -1, 8-26.
- Magano, Olga & Mendes, M. M. (2014). Ciganos e Políticas Sociais. *Revista Sociologia*, Edição Temática coordenada por Maria Manuela Mendes e Olga Magano Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais. Pp. 97-115 ISBN – 0872-3419.
- Magano, O. & Mendes, M. M. (2015). Factores-chave para o sucesso e continuidade dos percursos escolares dos ciganos: indivíduos, famílias e políticas públicas (PTDC/IVC-PEC/4909/2012). CEMRI/UAberta; CIES-IUL.
- Marinero, I. (2017). The informal faces of the (neo-)ghetto: State confinement, formalization and multidimensional informalities in Italy’s Roma camps. *International Sociology*, 32(4).
- Medinas, C. B. (2018). *Ciganos e Literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz*. Dissertação de Mestrado em relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Mendes, M. M. (2020). Anti ciganismo em contexto de pandemia. *Público*, 12 de Maio de 2020.
- Mendes, M. M. & Magano, O. (2016), «Territories of exclusion the reproduction of social and urban inequalities in Lisbon Metropolitan Area», Inclusive/Exclusive Cities. Book of Proceedings – International Scientific Conference Edited by Ognem Marina & Alessandro Armando, SINERGI Project, pp. 304-314.
- Mendes, M. M. (2003). «Cities archipelago in the metropolitan area of Lisbon», in Frank Eckardt and Dieter Hassenpflug (eds.). *Consumption and the post-industrial city*, Frankfurt/New York, Peter Lang (pub.), pp. 141-148.
- Mendes, M. M. (2007). Representações face à Discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa. Tese de Doutoramento em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Mendes, M. M. (2012). Representations About Discrimination Practices in the Education System Built by Gypsies (Ciganos) in the Lisbon Metropolitan Area (Portugal). *SAGE Open*, 1-10.

- Mendes, M. M. (1997). *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Mendes, M. M. & Magano, O. (2016). School pathways and economic practices of Portuguese Gitanos: some continuities and changes. *Social Identities*, 1-16.
- Mendes, M. M. & Magano, O. (Eds.). (2013). *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Mendes, M. M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: ACM.
- Mendes, M. M., Magano, O. & Costa, A. R. (2020) Ciganos portugueses: escola e mudança social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 93. 109-126. <http://journals.openedition.org/spp/7754>.
- Mendes, M. M., Magano, O. & Candeias, P. (2019). Des-homogeneizar os Ciganos Portugueses: perfis sociais e heterogeneidade sócio-cultural. *OBETS. Revista de Ciências Sociales*, 14(1): 49-87.
- Mendes, M. M., Magano, O., Candeias, P. (2016). Social and Spatial Continuities and Differentiations among Portuguese Gitanos: Regional Profiles. *Studia UBB Sociologia*, No. 61 (LXI), pp. 5-36.
- Messing, V. (2014). Methodological puzzles of surveying Roma/Gypsy populations. *Ethnicities*, 14(6).
- Nicolau, L. (2010). *Ciganos e Não-Ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um Impasse Inter-Étnico*. Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves.
- Nello, O. (ed.) (2021). *Efecto Barrio. Segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas*. 2021 Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, 1ª edición, ISBN 978-84-18614-47-7.
- Nunes, O. (1996 [1981]). *O Povo Cigano*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- Peixoto, R. ([1897] 1967). «Os ciganos em Portugal». In R. Peixoto, *Obras*, Vol. 1. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- Pereira, I. (2016). *Ninguém dá trabalho aos ciganos! Estudo qualitativo sobre a (des)integração dos ciganos no mercado formal de emprego*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pinto, P. C. (2017). *O Terceiro Bairro. Estudo qualitativo sobre o impacto do rendimento social de inserção nos modos de vida de pessoas ciganas*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social. Inovação e Empreendedorismo. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Pereira, I., & Magano, O. (2016). «Nobody gives employment to Gypsies»: (dis)integration of Gypsies in formal labor market. Paper presented at the Congreso Espanol de Sociología, Gijón. [www.fes-sociologia.com/files/congress/12/papers/4476.pdf](http://www.fes-sociologia.com/files/congress/12/papers/4476.pdf).
- Remy, J., & Voyé, L. (1994). *A cidade: rumo a uma definição?* Porto: Edições Afrontamento.

- Santos, S. A. (2013). *O rendimento social de inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro*. Dissertação de Mestrado em Educação Social. Faro: Universidade do Algarve.
- Santos, S. A. & Marques, J. Filipe (2012), «O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: O caso do concelho de Faro», VII congresso português de sociologia 19 a 22 de Junho de 2012, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação.
- Schnapper, D. (2000). *A compreensão sociológica*. Lisboa: Gradiva.
- Schnapper, D. (2007). *Qu'est-ce que l'intégration?* Paris: Éditions Gallimard: folio actuel Inédit.
- Silva, M. C. (2014). *Sina Social Cigana. História, comunidades, representações e instituições*. Lisboa: Edições Colibri.
- Sousa, C. J. (2010). *Relações interculturais, dinâmicas sociais e estratégias identitárias de uma família cigana portuguesa 1827-1959*. Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade Aberta /DCSG, Lisboa.
- Theodosiou, A. & Brazzabeni, M. (Eds.). (2012). *Etudes Tsiganes special issue «Emotion et lieu de vie/Emotion and place»*.
- Wacquant, L. (2014), *Marginality, ethnicity and penalty in the neo-liberal city: an analytic cartography*. *Ethnic and Racial Studies*, 37 (10), pp. 1687-1711.
- Wirth, L. [1928] (1980). *Le Ghetto*. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble – Champ Urbain.
- Vasconcelos, J. L. (1958). *Etnografia Portuguesa. Vol. IV*. Lisboa: Imprensa Nacional.

## Capítulo 17

# A interdisciplinaridade na saúde

Lourdes Caraça

### 1. Interdisciplinaridade. Um ponto de partida

Tendencialmente, temos vindo a reconhecer no domínio da saúde, os efeitos positivos da interdisciplinaridade.

A medicina na China e na Índia entendia a Saúde como um estado de equilíbrio, e incluía a explicação de múltiplas influências no binómio Saúde/Doença, nomeadamente, a dos astros, do clima, e dos insetos. A própria visão da cultura grega inclusivamente atribuía ao ambiente, à sazonalidade, ao trabalho e à posição social uma certa importância no aparecimento da doença (Mendes, Lewgoy & Silveira, 2008).

Scliar (2002) afirma que, no que concerne à saúde, a Idade Média foi a época das Trevas, porque a conceção da Doença voltou a estar associada ao binómio pecado/fé, onde a solução passava apenas por promover o afastamento dos doentes da comunidade.

As conquistas e as guerras promoviam grandes deslocações de cavaleiros, que acabavam por contribuir para a disseminação de doenças e pestes entre as populações.

Antes a medicina grega assumia que, o conhecimento surgia de uma conjugação de saberes (arte, filosofia e saberes técnicos). Entretanto, este pensamento perdeu-se durante a Idade Média e apenas conseguiu ser retomado com o pen-

samento Renascentista, onde se exalta o renascer da cultura greco-romana, anteriormente desaparecida (Luz, 2009).

Na Idade Moderna, valoriza-se o Homem como ser racional, que devia desenvolver em si todas as áreas do saber, a Arte (arquitetura, desenho, escultura, pintura, escrita, música, dança, etc.) a Filosofia e as Ciências, como forma de o tornar responsável pelas suas opções de vida (Universalismo). No campo da saúde, especificamente, surgiram vários cientistas, Bartolomeu Eustachio (1500-1574), Gabrielle Fallopio (1523-1562), Bernardino Ramazzini (1666-1714), que começaram a relacionar as condições de vida com o estado de Saúde (Mendes, Lewgoy & Silveira, 2008).

A Revolução Industrial impulsionou a deslocação das populações para perto das estruturas fabris e criaram-se os aglomerados urbanos. Houve profundas alterações sociais e passou a ser possível identificar relações entre as condições de trabalho e o aparecimento de doenças.

Neste contexto surgem René Descartes (1596-1650) e Adam Smith (1723-1790).

O primeiro, com a convicção de que partes mais simples se compreendem melhor e mais profundamente, iniciou o método experimental, fornecendo o terreno fértil para o início das disciplinas e especialização (Descartes, 1979).

O Adam Smith que defendeu a divisão do trabalho e considerava o trabalho como a fonte de toda a riqueza, trouxe-nos as características fortes presentes no Estado Liberal e no Capitalismo, fundamentais na Idade Contemporânea.

Muito embora, especificamente no domínio da saúde, se tenha caminhado no sentido da especialização científica, tem sido inevitável alargar (novamente) o foco de análise e de intervenção, porque os problemas complexos assim o têm vindo a exigir.

O domínio da saúde de uma forma geral, tem procurado os fatores que estão na origem «das causas das causas» (Marmot 2005, p. 1102), essencialmente porque o tradicional paradigma biomédico tem revelado uma resposta limitada para um conjunto complexo de problemáticas que desafiam a sociedade.

O conceito de saúde societal (embora ainda em construção) aborda os vários fatores exógenos, e aponta-os como determinantes sociais da Saúde (*i.e.* as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem), incluindo nesses fatores os efeitos das políticas, dos sistemas económicos, dos indicadores de desenvolvimento e de educação (OMS, 2021).

Antes, o conceito de Literacia na Saúde tinha definido como a capacidade de «obter, processar e entender informações básicas de Saúde para utilizarem os serviços e tomarem decisões adequadas de Saúde» (World Health Organization, 1998).

Conceito esse, que foi consolidando a perspectiva individual, na realização de certas tarefas, capacitando as pessoas para tomar decisões fundamentadas e para assumir responsabilidade pelas mesmas (Pedro, Amaral, & Escoval, 2016).

Paralelamente a esta construção do conceito e perante as evidências nas dificuldades de acesso de 400 milhões aos cuidados que poderiam ser prestados pelos cuidados primários de saúde (informação veiculada pela OMS em 2017), foi-se tornando cada vez mais premente, planejar a prestação de cuidados de saúde e sociais de uma outra forma. Assim como na sequência de vários estudos na Europa, que apontavam para uma forte relação entre os níveis de educação e depressão, sendo que cidadãos com níveis de educação mais baixos, apresentam três vezes maior risco de depressão, e por exemplo, duas vezes maior risco de diabetes quando comparados com outros cidadãos com maior nível de educação (McNamara *et al.*, 2013).

Constatando-se as limitações presentes no paradigma médico-biológico, as constantes exigências sob a qualidade do sistema de saúde, e a inevitável consciência da finitude dos recursos disponíveis no mesmo sistema, assiste-se à consolidação da inclusão de outras abordagens: psicológicas, sociais, culturais, etc., no sistema de saúde.

Assim, no domínio da saúde dispendo de várias disciplinas científicas, com objetos de estudo bem definidos, a multidisciplinaridade surgiu primeiro. Com disciplinas múltiplas e distintas em justaposição, sem que houvesse um esforço de coordenação de conceitos e métodos, e sem que houvesse um verdadeiro trabalho de equipa (Costa, 2007).

Depois, surge a interdisciplinaridade, como em *upgrade* em relação ao conceito anterior, e onde se verifica uma clara integração das diferentes disciplinas e saberes científicos. Onde todos os especialistas se enriquecem mutuamente, num processo interativo que deriva das trocas, nascendo uma nova disciplina: com entendimento e intervenção necessariamente diferentes e transformada por todos os intervenientes (Gattás & Furegato, 2006). Porém, sublinha-se que, para que a interdisciplinaridade possa acontecer, as equipas precisam de permitir a (re)produção de papéis e dinâmicas de poder únicos, cada profissional precisa de deter igual valor ou importância, perante os demais. Somente nesse patamar de igualdade, cada profissional (com a sua singularidade) se arrisca a mergulhar na (sua) própria transformação, e em busca de novas soluções (Costa & Creutzberg, 1999).

Por último, a transdisciplinaridade, que apela à abolição das fronteiras entre as disciplinas e saberes, de forma que as interações sejam maiores. A transdisciplinaridade apresenta-se como o campo de trabalho de excelência sempre que

exista multicausalidade e grande compatibilidade no envolvimento das interações dos especialistas (Costa, 2007).

A anteriormente denominada, «causa das causas» apela a um conjunto holístico integrado e integrador, e sendo assim, as intervenções devem cumprir a mesma orientação, procurando garantir a dignidade e o direito à autodeterminação consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, valorizando e desenvolvendo de um modo interdisciplinar o fortalecimento do Eu, e as capacidades e competências da pessoa, empoderando-a na família, ou na comunidade, para ser(em) ativo(s) nas soluções para os seus problemas e preparando-os (o melhor possível) para as crises que possam (voltar a) surgir ao longo da vida (González, 1998).

A equipa interdisciplinar não coloca, contudo, o indivíduo isolado no esforço da procura da solução, porque sabe da importância de ações conjuntas de discriminação positiva na dimensão local/comunidade. Estas equipas, combinam a coordenação dos instrumentos de proteção pública de emprego (medidas nacionais definidas politicamente), e/ou as premências de ação na comunidade, colocada às empresas (no âmbito da Responsabilidade Social), com as intervenções médicas, psicológicas específicas (entre outras).

A intervenção interdisciplinar não tem apenas, um único caminho possível, por isso se entende que o enfoque médico-biológico não pode ser o plano único e predominante, sob pena de desvalorizarmos outras áreas, fundamentais para a resolução do problema (Gomes & Deslandes, 1994).

A diferença inclui sempre a valorização e inclusão das diferentes áreas do saber, sejam os ditames económicos, sejam os constantes desenvolvimentos tecnológicos ou os sistemas de informação, ou as ciências sociais, as ciências biomédicas, as ciências psicológicas, a sociologia e a compreensão do comportamento humano.

Demazière, em 1995, já havia alertado para que vivemos num mundo, onde o emprego não é suficiente para todos os desempregados (Demazière, 1995).

Independentemente das competências profissionais que disponha, se a pessoa não conseguir ultrapassar uma perturbação ansiosa, nomeadamente a ansiedade de desempenho, com o momento da entrevista poderá ver gorado todo o processo de seleção e acabar repetindo insucessos, entrevista após entrevista, ficando enredado num complexo quadro depressivo de difícil resolução.

Então como fazer para interromper estas experiências de insucesso? Neste caso, pode questiona-se a necessidade de entrevista, porque a seleção profissional pode ser transferida para o contexto real de trabalho. Numa equipa interdisciplinar procura-se coordenadamente respostas adaptadas, entre o psicólogo clí-

nico e da saúde, o técnico de serviço social, o psiquiatra, e até a empresa/comunidade, a família e a rede social de suporte.

A equipa comunitária interdisciplinar adapta-se na procura de soluções únicas, não padronizadas, para coadjuvar o crescimento e resolução das dificuldades das pessoas (Minayo, 1991). Sendo que, intervenções bem-sucedidas também valorizam e envolvem o contexto familiar, para a compreensão das dificuldades do seu familiar, de modo que essas dinâmicas relacionais possam ajudar nas estratégias definidas.

Uma intervenção idêntica podia ser adaptada se a equipa estiver perante alguém perfeccionista, mas sem um percurso perfeito (na avaliação do próprio), ou cujas interrupções na sua vida ativa profissional (para o próprio) fossem difíceis de explicar.

Faleiros (2001) refere, que o desemprego é a questão social com maior impacto na vida das pessoas e consequentemente conhecemos o quão temporárias e instáveis são atualmente, as atividades laborais das pessoas.

Assim, se a procura de emprego estável for uma condicionante para o início de uma família, quantos casais adiam a chegada de um filho? Por vezes até ser biologicamente tarde para conseguir conceber? Ou quantos outros, que almejam uma vida livre de preocupações financeiras acabam por retirar a maternidade/paternidade envolvida e cuidadora, do seu projeto de vida, originando mais tarde, sofrimentos mais ou menos difusos?

Talvez nesta razão, esteja uma das causas da baixa natalidade, mas de certeza um problema tão complexo, não terá apenas uma única causa ou razão (Luz, 2009).

Se nos focarmos nas pessoas que se arriscam na parentalidade, será que é fácil a conciliação do trabalho com a vida familiar?

Independentemente da maior ou menor qualificação profissional, quando o horário de trabalho não é compatível com os horários das escolas e das creches, ou com as distâncias percorridas e o meio de transporte que se utiliza para as transitar, ou com o número limitado de vagas para admissão nas Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF), as pessoas acabam por fazer escolhas, que as podem deixar, a si e aos seus agregados familiares, mais vulneráveis. Esta vulnerabilidade ocorre ao nível económico-financeiro, seja no acompanhamento dos filhos, com as possíveis implicações no desenvolvimento emocional, cognitivo, escolar e até na exposição a situações de potencial risco (Tansella & Thornicroft, 2001).

A intervenção interdisciplinar envolve os intervenientes da saúde (que forem necessários), sem abdicar das estruturas sociais de apoio da comunidade, e das

empresas, para promover um melhor ajustamento de horário dos turnos, por exemplo.

Nestes casos, a equipa interdisciplinar deve ser capaz de identificar, muito precocemente a situação e intervir, o mais possível, preventivamente, junto da comunidade, da família, e nos indivíduos, de modo a impedir a instalação de vulnerabilidades psicossociais em múltiplos níveis. A chave do sucesso, deste tipo de intervenções, parece estar na identificação e mobilização dos profissionais para a precocidade da intervenção.

A mesma chave, para o sucesso das intervenções multidisciplinares existe, quando em presença de alguma perturbação no âmbito do desenvolvimento, ou *déficit*, nas diversas perturbações do comportamento (na infância e na adolescência e no adulto), na violência ou abusos no âmbito da família.

Cada vez mais percebemos, como neste esforço de intervenção, as empresas também são envolvidas e como, demonstrando uma forte responsabilidade social respondem favoravelmente, na procura do bem-estar de todos, tanto dos colaboradores, como o bem-estar das pessoas que compram os seus produtos e/ou serviços.

No caso de necessidade de ajuda aos colaboradores, não são raras as vezes, em que perante problemas graves de saúde, as empresas se envolvem no processo de recuperação dos seus funcionários e colaboram ativamente no tratamento, sendo isso decisivo para o sucesso. Por exemplo, no tratamento das dependências, é muitas vezes possível encontrar, junto das empresas, um papel próximo na gestão da terapêutica. Noutras vezes, quando perante um problema de saúde incapacitante (no colaborador), as empresas revelam-se recetivas (voluntariamente) ao ajustamento de funções, adaptando-as, ou adaptando fisicamente o posto de trabalho, para melhor incluir o seu colaborador, mostrando assim também responsabilidade social.

Aliás, somente à empresa, que conhece o seu próprio modelo de trabalho e de organização, é permitido mobilizar para a missão da instituição, a continuação do comprometimento do indivíduo para com a mesma. Assim como, em conjunto com o indivíduo, consegue facilmente reconhecer as competências intactas, para que o mesmo possa desempenhar com satisfação, novas funções.

O sucesso consiste, portanto, na adaptação das ações interdisciplinares conjuntas e coordenadas que incluam também a organização. Sendo possível valorizar socialmente e profissionalmente a pessoa, impedido atempadamente o desemprego, a exclusão social, a depressão, e a instalação de circuitos que tantas vezes acabam com a nomenclatura de invalidez, como o último recurso para garantir o mínimo.

Lima (2018) aborda claramente o poder dos laços sociais, acrescentamos que sob quase todas as perspectivas, nos idosos e nos doentes que reúnam condições clínicas para serem cuidados pelos seus familiares, os ganhos superam os prejuízos. Por isso, as equipas interdisciplinares mobilizam o mais possível, as respostas sociais de apoio e as unidades da rede de cuidados continuados, para que a pessoa vulnerável seja mantida no seio da família. Neste âmbito, a intervenção interdisciplinar na saúde, procura melhorar a prestação dos cuidados ao doente, e promover uma boa gestão emocional no cuidador, fortalecendo e empoderando-o no seu próprio projeto de vida, com vista a usufruir de maior fortalecimento emocional e social (González, 1998).

Perante a perspectiva holística incluída na interdisciplinaridade, nas equipas da saúde dos cuidados primários de saúde cabe a pessoa humana, em todas as suas vicissitudes: a pessoa saudável, a com doença aguda, com doença crónica, com doença mental, com vulnerabilidades físicas psíquicas e sociais, com trabalho, com desemprego, com precariedade de vínculo laboral, com conflituosidade, com violência doméstica, com abusos e maus tratos, com ou sem dignidade na condições de habitação, as que têm dificuldades escolares, ou os adultos com dificuldades na formação profissional, com absentismo escolar, com desmotivação, com *bullying*, com necessidades de saúde especiais, com solidão e o isolamento, envelhecidos, com insegurança e com criminalidade. Assim, as equipas interdisciplinares começam a intervir antes do nascimento, e prolongam a intervenção na família após a morte de um ente querido, em prol da realização, saúde e felicidade das pessoas (Minayo, 1991).

Estas equipas assumem plenamente a conceção de um modelo dialético que procura o movimento da realidade e mantém o foco na perspectiva holística. Onde cada pessoa é compreendida numa articulação dinâmica com o sistema global onde se insere, e onde se salvaguarda a importância ecológica do contexto, e a sua essência biopsicossocial. Por isso, nestas equipas há um envolvimento profícuo em prol de diversas soluções, nomeadamente no aumento da natalidade, nas soluções de proteção para os mais frágeis, mostrando-se absolutamente comprometidas com a dignificação da vida humana, seja nos acolhimentos dos imigrantes e de refugiados, seja nas minorias étnicas, no tráfico humano, ou na procura da sustentabilidade das comunidades onde se incluem.

Posto isto, percebe-se a razão para que uma equipa assim, apenas se consiga concretizar com a interdisciplinaridade e com a transdisciplinaridade. Uma vez que, o próprio conceito de equipa, surge em consequência de um sentido dinâmico de interligação sociofilosófica da universalidade e se materializa sempre de um modo agregador, porque resulta da união de um conjunto de profissionais em torno de algo em comum, havendo necessariamente um elemento simbólico de identificação (Costa, 2007).

## 2. Reflexões conclusivas

Constata-se que a intervenção não tem apenas um único caminho possível e que, o alcance da intervenção depende, da atuação interdisciplinar com o indivíduo e com a comunidade, porque o aparecimento da doença ou vulnerabilidade não é fruto do acaso, mas antes resultado de um vasto conjunto de determinantes ou fatores.

Ainda que conscientes das várias dificuldades e obstáculos, colocadas à interdisciplinaridade das equipas, nomeadamente a preponderância da abordagem médico-biológica que continuou forte ao longo do século XX, em detrimento das outras abordagens, e a limitação dos recursos humanos, a ciência continua convicta, que a solução reside na compreensão da saúde no todo, envolvendo a medicina, a enfermagem, a psicologia, a economia, a sociopolítica e a comunidade.

Valorizando-se fortemente, todas as áreas, mas também a participação ativa da pessoa na construção das soluções, bem como o apoio das políticas públicas no emprego, educação e formação e na saúde, conseguimos equipas comunitárias interdisciplinares coesas, competentes e treinadas, que podem agir precocemente na identificação das problemáticas, e ainda mais se, devidamente apoiadas por sistemas de informação eficazes que monitorizem indicadores de risco.

Evidencia-se da prática, também que as empresas podem fazer a diferença na resolução dos problemas, demonstrando outros planos para a aplicação da denominada responsabilidade social.

A expectativa da comunidade científica é que se consiga continuar a valorizar a inclusão das diferentes áreas do saber, e que se consiga também integrar os novos aportes tecnológicos, sejam as teleconsultas, sejam os sistemas de informação, e onde as ciências sociais possam ajudar na compreensão do comportamento humano, especificamente também em problemas transversais às diferentes unidades de saúde, por exemplo, nos obstáculos à adesão das terapêuticas e na identificação dos utentes com potencial para serem monitorizados e acompanhados à distância, em segurança e com qualidade.

A pandemia COVID-19 ajudou a evidenciar, que o essencial reside no todo, e nos comportamentos de todos, por isso, as ciências sociais, e do comportamento humano, têm de se manter atuantes na produção das soluções. Percebemos como a globalização e as movimentações económicas e das pessoas trazem as condições perfeitas para a propagação das doenças, como outrora fizeram os cavaleiros da Idade Média, mas também somos, mais capazes de fazer mudanças, acelerando tendências que já existiam, por exemplo na veiculação de informação fidedigna, no teletrabalho, ou nas teleconsultas. Em todos os exemplos, as tecnolo-

gias digitais constituíram um fator decisivo, na autogestão das doenças crónicas, como forma de diminuir as deslocações. Os aportes tecnológicos trouxeram assim várias vantagens associadas à saúde, que podem e devem continuar a ser utilizadas, como aliados da sustentabilidade e qualidade do sistema de saúde.

E enfim, a evolução continuará em todos os profissionais que se permitam descolar da multidisciplinaridade e pretendam mergulhar no desafio da interdisciplinaridade. Existem e existirão dificuldades, que também fazem parte desse processo, em que cada um se transforma/evolui de um modo diferente e ao seu tempo, e mais tarde, nos levará a novo processo evolutivo, a um outro desafio, talvez o da transdisciplinaridade.

## BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, L. F., Costa-Pereira, A., Mendonça, L. Dias, C. & Castro-Lopes, J. M. (2012). Epidemiology of chronic pain. A population-based nationwide study on its prevalence. Characteristics and associated disability in Portugal. *The Journal of Pain*, 13(8), 773-783.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bresson, M. (2007). *Sociologie de la précarité*. Paris: Armand Colin.
- Costa, R. (2007). Interdisciplinaridade e equipas de saúde: conceções. *Mental*, 5 (8). Eldorado.
- Costa, A. M., Creutzberg, M. (1999). Interdisciplinaridade: perceção de integrantes de um programa de promoção e atenção à saúde. *Revista Gaúcha Enfermagem*, 20, 58-69.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade de exclusão – compreende-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Demazière, D. (1995). *Le chômage de longue durée*. Presses Universitaires de France. Paris.
- Descartes, R. (1979). *Discurso do Método*. Lisboa. Edições 70.
- Faleiros, V. (2001). *Estratégias em serviço social*, 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Ferreira, A. (2014). *Serviço Social e desemprego de longa duração – intervenção social em Marvila*. Lisboa. Editorial Cáritas.
- Fiske, S. T., Gilbert, D. T., & Lindzey, G. (2000). *Handbook of social psychology – Vol. I and II* (5th Edition). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Smith, E., & Mackie, D. (1995). *Social Psychology*. New York: Worth Publishers.
- Vala, J. & Monteiro, M. B. (2006). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gattás, M., Furegato, A. (2006). Interdisciplinaridade: uma contextualização. *In Ata Paulista de Enfermagem*, 19(3).
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença.

- Gil, A. (2009). *Conciliação entre vida profissional e vida familiar*. Gabinete de Planeamento – Núcleo de Estudos e Conhecimento. Lisboa: ISS.
- Guimarães, H. M., Pombo, O., Levy, T., organizadores. (1994). *A Interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa.
- Gomes, R., Deslandes, S. F. (1994). Interdisciplinaridade na Saúde Pública: um campo em construção. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, Ribeirão Preto, 2(2), 103-114.
- Gonzalez, A. (1998). *Psicologia comunitária: fundamentos y aplicaciones*. Madrid. Editorial Síntesis.
- Jacobs, J. and Frickel, S. (2009). Interdisciplinarity: a critical assessment. *In Annual Review of Sociology*, 35, 43-65.
- Lima, M. L., (2018). *Nós e os outros: o poder dos laços sociais*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lopes G, Fenómeno e Sintoma in Fenomenologia e Psicologia, Actas 1990, Coord. Carvalho Teixeira. Psico-Soma, s/data, Porto.
- Luz, M. (2009). Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio histórica de uma trajetória paradigmática. *Saúde Soc.*, 18(2), 304-311.
- Marmor, M. (2005). The social determinants of health inequalities. *Lancet*, 365, 1099-1104.
- Martins, H. (2020). Digital healthcare systems. *HealthManagement. Org The Journal*, 20(4), 290-193.
- Mcnamara, N., Stevenson, C. & Muldoon, O. T. (2013). Community identity as resource and context: a mixed method investigation of coping and collective action in a disadvantaged community. *European Journal of Social Psychology*, 43(5), 393-403.
- Mendes, J. Lewgoy, A., Silveira, E. (2008). Saúde e interdisciplinaridade: mundo vasto mundo. *Revista Ciência & Saúde*, 1(1), 24-32.
- Minayo, M. C. S. (1991). Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. *Medicina*, Ribeirão Preto, 24(2), 70-77.
- Moleiro, C. Freire, J. & Tomsic, M. (2013). Immigrants' perspectives on Clinician cultural diversity competence: a qualitative study with immigrants in Portugal. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 9 (2), 84-95.
- Morin, E. (1995). *Introdução ao pensamento complexo*. 2ª ed. Lisboa: Piaget.
- Mozzicafredo, Juan (1997). *Estado providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Nunes, M., Hoven, V., Rudy (1999). Trabalho Comunitário: Fundamentos e Contextos de Ação. *Desenvolvimento e ação social*. Fim de Século, 47-66.
- Pedro, A. R., Amaral, O. & Escoval, A. (2016). Literacia na saúde, dos dados à ação: tradução, validação e aplicação do European Health Iteracy Survey em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34(3), 259-275.
- Ribeiro, J. M. (2019). *Saúde Digital: um sistema de saúde para o século XXI*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Scilar, M. (2002). *Do Mágico ao Social: Trajetória da Saúde Pública*. São Paulo: SENAC.

- Tansella, M. & Thornicroft, G. (2001). *Perturbações Mentais Comuns nos Cuidados Primários*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Tavares, J. (2015). *Medicina Narrativa – Alice no país dos provérbios*. Lisboa: Euromédice edições médicas.
- World Health Organization (2017). *Framework on integrated people-centred health services*. [www.who.int/service-delivery-safety/areas/people-centred-care/en/](http://www.who.int/service-delivery-safety/areas/people-centred-care/en/) (accessed 23 April 2021).
- World Health Organization. (2016). Framework on integrated people-centred health service. Retrieved 23.4.2021 from [www.who.int/service-delivery-safety/areas/people-centred-cares/en/](http://www.who.int/service-delivery-safety/areas/people-centred-cares/en/).
- World Health Organization (1998). Health Promotion Glossary. Geneva. World Health Organization.



## Capítulo 18

# Educação e desenvolvimento local

## O caso da SUÃO – Escola Comunitária de São Miguel de Machede

Bravo Nico • Lurdes Pratas Nico

### 1. A coordenada de partida

No ano de 1998, na freguesia de São Miguel de Machede/concelho de Évora, era fundada a SUÃO – Associação de Desenvolvimento Comunitário. A criação desta instituição significou, na época, a tentativa de construir uma nova atitude face ao futuro: a assunção, por parte da comunidade, de uma, mais sólida, responsabilidade endógena de aceitar o desafio de construir um futuro diferente: com mais oportunidades, para os mais jovens, e com mais coesão social e envolvimento na dinâmica comunitária, para os mais velhos. Uma responsabilidade alicerçada no pressuposto de que, para resolvermos os nossos problemas e superarmos os nossos constrangimentos, devemos começar por construirmos as nossas respostas, num contexto articulado e coordenado em que a solidariedade intergeracional prevaleça e potencie as capacidades e vontades existentes, valorizando os saberes e experiências de todas as gerações.

Neste contexto, a SUÃO privilegia uma abordagem comunitária que privilegia a identificação, a ativação e gestão, solidária e rentável, dos recursos endógenos da comunidade, envolvendo e promovendo parecerias com as entidades locais na

intenção de fomentar o trabalho em rede e o desenvolvimento humano, social e económico local; a promoção da coesão intra e intergeracional, através de atividades cooperativas e dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade. O desenvolvimento local sustentável, a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à exclusão social apresentam-se como ponto de partida na preparação de todas as atividades promovidas.

Foi esta a arquitetura axiológica e política que estruturou a fundação da SUÃO e que tem servido de bússola aos projetos e atividades que, a partir dessa data, esta associação tem vindo a desenvolver na comunidade de São Miguel de Machede e que, em seguida, se apresentarão.

## 2. A educação no centro do pensamento e da ação

Desde o momento fundador, a SUÃO assumiu, como epicentro da sua abordagem, a educação, no pressuposto de que o processo de desenvolvimento humano, social e económico de um determinado território é, sempre, um processo de aprendizagem, no qual ocorre a construção de novos saberes e capacidades, num contexto humano em que a solidariedade e os laços entre as pessoas são elementos necessários para o sucesso desse processo de interação comunitária e de construção de novas coordenadas vitais.

Neste contexto, as necessidades, constrangimentos ou obstáculos – que se identificam, durante os processos de desenvolvimento e que se revelam os fatores limitantes da realidade – são assumidos como o pretexto mobilizador dos recursos endógenos disponíveis que permitirão desenhar as melhores soluções para se resolverem os problemas existentes. Assim, assumimos, desde o início deste projeto, que os problemas são importantes, não para nos lamentarmos com o destino que nos coube, mas para valorizarmos, catalisarmos e mobilizarmos os recursos da nossa comunidade, tendo em vista a construção das melhores soluções possíveis para resolvermos os nossos problemas. Com este pensamento, assumimos que devemos aprender a «conjuguar os verbos da nossa vida na primeira pessoa do plural»: os nossos problemas deverão mobilizar os nossos recursos para construirmos as nossas soluções.

É neste quadro axiológico e conceptual que a Suão assume uma matriz de intervenção social baseada na educação não formal, enquanto instrumento de construção local, participada, cooperativa, solidária e intergeracional de acessos entre os cidadãos e os respetivos deveres e direitos de cidadania (Educação, Saúde, Cultura, Proteção Social, Habitação, Trabalho, Direito, Segurança, entre outras dimensões) e de laços entre todos. Este pensamento, e consequente ação

comunitária, tem, como principal finalidade estratégica, desconstruir os compartimentos sociais que se sedimentaram na comunidade: jovens e seniores, mulheres e homens, escolarizados e iletrados, socialmente favorecidos e desfavorecidos, ativos e aposentados, empregados e desempregados.

### 3. Os projetos desenvolvidos

#### ■ Escola Comunitária de São Miguel de Machede

A Escola Comunitária de São Miguel de Machede é, desde a sua fundação, em 1998, assumida como o meio privilegiado para a construção local, solidária, cooperativa e participada das competências e conhecimentos necessários para promover o desenvolvimento humano, social e económico promotor de uma cidadania de qualidade. A Escola Comunitária de São Miguel de Machede tem vindo a promover um modelo pedagógico que privilegia o desenho, construção e concretização de projetos e atividades educativos, em contextos não formais de aprendizagem, nos quais se promove a cooperação intergeracional, ativa e solidária, numa interpretação muito própria e local do modelo PADÉCA/Programa de Auxílio ao Desenvolvimento da Capacidade de Aprendizagem (Berbaum, 1992), dos princípios e práticas da aprendizagem social propostos por Vygotsky (Fontes & Freixo, 2004) e dos valores defendidos e praticados por Paulo Freire (Freire, 2001).

Os projetos partem sempre da identificação simultânea dos problemas a resolver e das capacidades endógenas existentes e mobilizáveis para a construção das respostas necessárias (Pacheco, Ramalho, B. Nico & L. Nico, 2011). Neste contexto, todos os *saberes* (académicos e experienciais), todas as *experiências vitais* (dos mais novos ou dos mais velhos), todas as *didáticas* (das escolas formais ou a das «escolas da vida»), todas as *motivações* (as decorrentes das necessidades que se sentem ou as que nascem da disponibilidade para ajudar), todos os *recursos* (os disponíveis no território ou os mobilizáveis nas redes territoriais ou institucionais, nacionais ou internacionais) e todos os *contributos* (de quem quer que seja) são recenseados, mobilizados, valorizados e incluídos nas equações de resolução dos problemas que são, simultaneamente, equações de desenvolvimento local, nas suas diferentes dimensões.

Neste quadro conceptual, a Escola Comunitária foi, é e será o projeto mais estruturante da SUÃO e adotou, desde o início, uma matriz científica e pedagógica próxima da Educação Popular, de matriz não formal e sempre associada aos interesses, necessidades e desafios da comunidade. Uma outra preocupação fundadora da Escola Comunitária consistiu na preocupação, sempre presente, de

valorizar e aproveitar as qualificações acadêmicas e profissionais dos mais jovens – promovendo o emprego jovem e qualificado – e conhecer, valorizar e divulgar os saberes e a cultura local, mais próxima das gerações mais velhas e menos qualificadas – promovendo-se, assim, a patrimonialização dessa cultura. Deste encontro entre diferentes gerações, com diferentes níveis de escolaridade e diversas rotinas de vida, mas coexistentes no mesmo espaço, tempo e momento histórico, na nossa comunidade, têm resultado oportunidades de construção, participada, solidária e cooperativa, de novas e mais criativas soluções para problemas que são transversais a todos. A Escola Comunitária desenvolve as suas atividades em múltiplas dimensões, numa abordagem ampla dos conceitos de Educação Comunitária e Educação Popular: Educação para a Saúde, Educação para a Economia e o Empreendedorismo, Educação para o Trabalho, Educação para a Cultura, Educação para a Cooperação Intergeracional, Educação para o Património Local, Educação para a Solidariedade, entre outras dimensões.

#### ■ Biblioteca Comunitária de São Miguel de Machede

O objetivo da Biblioteca Comunitária consiste em proporcionar, à comunidade de São Miguel de Machede, o acesso à leitura e informação, através da dinamização do espólio de mais de 6 mil exemplares que, atualmente, possui. A aquisição de alguns materiais, ao longo do tempo, permitiu desenvolver, regularmente, atividades pedagógicas entre jovens e seniores, explorando temáticas promotoras de interação intergeracional. Dessas sessões, geralmente, surgem projetos criativos e inovadores para a comunidade, associados à sensibilização de temas, relacionados com a saúde, qualidade de vida ou com a dimensão patrimonial do território. Para além disso, durante cerca de 4 anos, foram distribuídos, à população, diária, gratuita e domiciliarmente, 160 jornais «Diário do SUL», naquele que foi um dos mais simbólicos projetos desenvolvidos pela nossa instituição.

#### ■ Jornal Menino da Bica

O jornal, meio de comunicação comunitário, tornou-se um canal privilegiado de contacto entre gerações. As ações nesta atividade são de duas naturezas: a produção de conteúdos e a montagem do jornal. Os seniores possuem saberes, pensamentos e memórias comunitárias que partilham e que, em parceria com os mais jovens, expõem e transmitem. Para além disso, torna-se numa atividade essencial para a divulgação de informação relativa a projetos e assuntos atuais que interessam a todos os cidadãos, independentemente da sua idade. Desde o ano de 1997, já realizámos 33 edições. Entre maio de 2020 e junho de 2021, em consequência da pandemia e atendendo à maior necessidade de informação, por

parte da população, o *Menino da Bica* passou a ter uma edição quinzenal, em formato reduzido (*flyer* distribuído porta a porta).

#### ■ Gabinete do Desenrascanço Estudantil

Projeto de promoção do sucesso escolar dos jovens de São Miguel de Machede, que se baseia na concretização dos mentorados e tutoria juvenis. Nesta solução local, os jovens organizaram-se no sentido de resolverem um problema que os afetava diretamente e optaram por construir, local e estruturalmente, a resposta para o seu problema: os jovens mais experientes e que frequentam níveis de escolaridade mais avançados (ensinos superior e secundário) apoiam os seus colegas mais novos e inexperientes e que frequentam os níveis de escolaridade menos avançados (ensino básico). Alguns dos que terminaram os seus cursos superiores asseguram a tutoria de todo o processo. Em alguns casos, esta tutoria faz parte do conteúdo profissional de um estágio profissional (do Instituto de Emprego e Formação Profissional) que a instituição promoveu e que garantiu o primeiro emprego a um jovem que conseguiu um percurso longo de qualificação.

#### ■ Curso de Educação de Adultos

O Curso de Educação de Adultos teve a sua primeira edição no ano de 1998 e tem-se mantido em atividade, de forma ininterrupta, até ao presente. Se, nas suas primeiras edições, assumiu, como finalidade, o combate ao analfabetismo literal, neste momento, incorpora, na sua dimensão curricular, áreas de aprendizagem como a Pintura, a Atividade Física (Ginástica e Hidroginástica) as Tecnologias da Informação e Comunicação, as Visitas de Estudo e as Dinâmicas de Grupo. Já frequentaram o Curso de Educação de Adultos cerca de 200 pessoas.

#### ■ Gabinete da Papelada

O Gabinete da Papelada (1998) é o equivalente à Loja do Cidadão (tendo sido criado em momento anterior a esta iniciativa do Estado) e tem, como objetivo, apoiar a comunidade através de um processo de mediação junto de serviços públicos. As ações informativas e de apoio aos cidadãos, que decorreram desde projeto, envolveram a criação de um base de utentes que nos procuram, permitindo o cruzamento de informação e a prestação de um serviço público de proximidade e de qualidade, através do qual são criados acessos efetivos à saúde, apoio social, justiça e a muitos serviços públicos municipais e estatais que se encontram localizados em Évora, sede de concelho.

### ■ Porta Solidária

O projeto Porta Solidária pretende responder à situação crítica resultante da existência de necessidades básicas não satisfeitas, no âmbito individual e familiar, promovendo respostas que resultam da rede local de apoio social. Este projeto apoia os micaelenses na procura de emprego, no apoio alimentar a famílias carenciadas ou na resolução imediata de outras necessidades básicas identificadas.

### ■ Circuito da Aldeia

O Circuito da Aldeia nasceu da necessidade de valorizar os recursos endógenos de São Miguel de Machede, assumindo-se a coesão social e a intergeracionalidade, como bases estruturantes da abordagem social a implementar. O Circuito da Aldeia assume-se como um itinerário de aprendizagem em espaço rural, através do qual o visitante tem a oportunidade de contactar com o quotidiano de uma pequena comunidade localizada no meio rural. Esse quotidiano encontra-se organizado num roteiro pedagógico com diferentes estações (horta, mercearia, escola, igreja, junta de freguesia, adegas, lavadouro público, jogos tradicionais, etc.), nas quais se encontram disponíveis, para ensinar o visitante, os seniores que possuem o conhecimento experiencial das atividades aí desenvolvidas. Em cooperação com os seniores, estão os jovens qualificados que, em conjunto com os especialistas do saber experiencial (seniores), desenham e concretizam o roteiro mais adaptado a cada público (escolar, seniores institucionalizados, famílias, pessoas com necessidades educativas especiais, empresas). A organização e a concretização do Circuito da Aldeia têm proporcionado o trabalho cooperativo intergeracional e interinstitucional, a valorização dos recursos locais, a divulgação da nossa terra e a geração de riqueza, esta necessária para o funcionamento da instituição. A origem do projeto deve-se à necessidade urgente de valorizar o saber e a experiência dos seniores, que são património valioso da cultura e memórias locais, disponibilizando-o às gerações mais novas e transformando-o, se possível, num produto gerador de riqueza.

## 4. A coordenada de chegada...

A SUÃO tentou construir uma solução inovadora para dois problemas estruturantes das comunidades rurais: a desvalorização dos conhecimentos experienciais dos indivíduos seniores e a ausência de oportunidades para aproveitar os conhecimentos académicos dos indivíduos jovens.

O eventual caráter inovador do projeto assenta em quatro aspetos:

1. Consideram-se todas as pessoas e todos os conhecimentos da comunidade;
2. Inverte-se a tendência de desvalorização dos mais velhos (Nico, B. & Nico, L., 2011), passando a envolvê-los e a valorizar o seu papel na comunidade;
3. Promove-se a valorização e o aproveitamento local da qualificação académica dos mais jovens, através da mobilização dos seus conhecimentos para a solução de problemas locais e para a construção de novos desafios comuns;
4. Promove-se a edificação de competências territorializadas que, pela sua natureza endógena, contribuirão para fortalecer as capacidades individual e coletiva e para a respetiva sustentabilidade, gerando valor em fileiras de atividade económica enraizadas na diferenciação local e com potencial de desenvolvimento e aceitação num mercado que, hoje, valoriza a singularidade dos produtos oriundos do meio rural.

## BIBLIOGRAFIA

- Berbaum, J. (1992). *Desenvolver a Capacidade de Aprendizagem*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- CME/CLASE (2012). *Diagnóstico Social de Évora (2013/2015)*. Évora: Câmara Municipal de Évora/Conselho Local de Ação Social de Évora.
- Fontes, A. & Freixo, O. (2004). *Vygotsky e a Aprendizagem Cooperativa: uma forma de aprender melhor*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU).
- Nico, B. & Nico, L. (2011). «Educação e território: o (des)encontro geracional das aprendizagens e a fratura cultural no Alentejo». In Marcia Alvarenga (Org.). *Educação de Jovens e Adultos em tempos e contextos de aprendizagem* (pp. 33-44). Rio de Janeiro: Editora Rovelle.
- Pacheco, D. Ramalho, P., Nico, B. & Nico, L. (2011). «Aprendizagens Comunitárias». In Bravo Nico & Lurdes Nico (Orgs.) *Escola(s) do Alentejo: um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. (pp. 45-48). Mangualde: Edições Pedagogo.



## Capítulo 19

# **Intervenção social através do desenvolvimento do turismo comunitário**

## **Caso do Usbequistão**

Deniza Alieva • Gulnoza Usmonova • Sherzod Aktamov

### **1. Introdução**

Atualmente, o desenvolvimento do turismo é influenciado de diferentes formas por uma série de fatores que ocorrem no âmbito do processo de globalização. O mundo está sob profunda transformação geopolítica, exigindo novas abordagens para garantir um desenvolvimento estável e seguro, não só em cada região, mas também na comunidade global como um todo. O processo de globalização contribui não só para a expansão das oportunidades de integração, mas também para o aprofundamento da diferenciação dos países em termos de rendimento, para o surgimento de ameaças que afetam negativamente os sistemas internacionais de comunicações, incluindo o desenvolvimento do turismo internacional.

A maior parte da investigação atual centrada nos fatores de desenvolvimento turístico e do turismo é realizada no âmbito de abordagens intersetoriais (Alvarez-García, Durán-Sánchez, Río-Rama & De la Cruz, 2018). Tradicionalmente, o turismo é estudado como forma de organizar a oferta de serviços, um tipo especial de negócio, local de chegada, território e, finalmente, como um sistema socioeco-

nómico. É necessário sintetizar as interpretações individuais numa nova base conceptual para conceber políticas e abordagens à questão que beneficie a sociedade e a economia das regiões.

Uma das opções que permite combinar todas as práticas, que são utilizadas no setor do turismo com a análise das necessidades da sociedade e possibilidades de organizar e otimizar a intervenção social, pode ser o turismo comunitário. Baseia-se no princípio de que as culturas individuais e o ambiente estão mal protegidos e não sabem interagir. Procura mostrar aos visitantes as tradições, valores e o modo de vida das comunidades locais, permitindo que os visitantes do país vivam na aldeia, se juntem aos aldeões no seu trabalho diário sobre plantações ou pesca. Ao mesmo tempo, este tipo de turismo permite à população local conhecer o país, as tradições, as ocupações e o modo de vida do visitante. Esta atividade aumenta o nível de compreensão e respeito tanto para os visitantes como para os residentes locais.

O turismo comunitário abre novas oportunidades às comunidades locais, criando novos postos de trabalho, formando e oferecendo várias vias para o seu desenvolvimento. Os principais mecanismos do seu funcionamento são a utilização de recursos turísticos na região ou nas comunidades locais, o que, em última análise, conduz ao desenvolvimento da própria comunidade local. Tem impacto nas perspetivas de desenvolvimento e melhoria da vida da população local em toda a sua diversidade cultural, social, política e económica. E a ênfase não se coloca tanto no desenvolvimento de negócios e na atração de fluxos de investimento, que tradicionalmente tem sido a principal componente do negócio do turismo, mas no desenvolvimento comunitário em geral.

Este capítulo introduz um caso da organização que opera no setor do turismo comunitário no Usbequistão, realizando várias intervenções sociais através do seu trabalho e desenvolvendo comunidades nas regiões do país. Em primeiro lugar, discute-se o conceito de turismo comunitário e a sua ligação e semelhança com as intervenções sociais é demonstrada, depois é descrito o caso da Associação das Organizações Privadas de Turismo do Usbequistão e analisa-se a sua abordagem aos problemas sociais através do turismo comunitário. No final do capítulo estão algumas sugestões que poderiam ser implementadas no caso analisado para aumentar os lucros criados para a sociedade.

## 2. Turismo comunitário como ferramenta de intervenção social

O turismo comunitário pode ser uma forma de tornar o setor do turismo mais competitivo. A literatura que analisa este fenómeno tem muitas vezes limitações em explicar a sua importância e validade para as comunidades locais, uma vez que a abordagem funcional da participação comunitária é adaptada, trata a comunidade anfitriã como um organismo homogéneo, ignorando ao mesmo tempo os limites institucionais da gestão internacional e local da indústria do turismo (Blackstock, 2005). Além disso, é necessária uma análise aprofundada nos contextos de determinados países de influência que o turismo comunitário tem no contexto económico, cultural e social. Prestar atenção a estas limitações pode ajudar a compreender o que pode ser feito para transformar o turismo comunitário numa poderosa ferramenta de intervenção social e de desenvolvimento sustentável da comunidade e do território.

O turismo comunitário é muitas vezes visto como parte da estratégia mais desenvolvida e massiva dedicada ao apoio às comunidades rurais. O desenvolvimento através dele é descrito como um dos tipos de desenvolvimento local que se foca na geração de benefícios económicos, sociais e culturais (Johnson, 2010). O turismo comunitário cria condições para a criação de projetos do terceiro setor, projetos socioeconómicos que garantam o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão e o aumento a longo prazo do capital social e cultural.

A compreensão do turismo comunitário como um mecanismo de transformação social e como forma de inovação social é difícil devido à ausência de um quadro teórico (Gómez *et al.*, 2015). No entanto, alguns aspetos que desapertam este tipo de turismo com intervenções sociais são destacados pelos investigadores.

Estudos (Dodds, Ali & Galaski, 2018) argumentam que a participação comunitária melhora a resiliência dos sistemas económicos, sociais e ecológicos. Com base nesta ideia, o turismo comunitário é muitas vezes promovido como uma forma de melhorar a vida das pessoas, aumentando o número de empregos, os níveis de alfabetização e o PIB, ou seja, como um dos instrumentos de intervenção social. No entanto, os benefícios pendentes, como o empoderamento e o desenvolvimento das economias rurais, não surgem como esperado. Os desequilíbrios de poder entre as partes interessadas, a dependência do financiamento externo e o apoio ou a falta de conhecimento em termos de organização de atividades podem conduzir ao fracasso das atividades turísticas comunitárias. Como resultado, a comunidade não está recebendo todos os benefícios que poderia ter recebido dele.

A validade do turismo comunitário como estratégia para o desenvolvimento e redução da pobreza foi debatida em diversas ocasiões (Gascón, 2013; Manyara & Jones, 2007). Por um lado, os investigadores destacam a importância e a importância do contributo do turismo para a criação de emprego e o emprego de vários segmentos da população que até agora não estavam envolvidos no setor. Por outro lado, a questão da existência a longo prazo destes postos de trabalho continua em aberto, uma vez que o turismo em muitas regiões se caracteriza pela sazonalidade. Como resultado, na época baixa há uma diminuição do número de consumidores de serviços turísticos, o que leva a uma diminuição da intensidade dos fluxos financeiros e a uma diminuição do número de pessoas ocupadas no setor.

O turismo comunitário e a sua eficiência dependem dos seus executivos, sendo a componente económica e a orientação do mercado uma dimensão comum para um turismo comunitário eficaz. De acordo com Dodds *et al.* (2018), as pessoas empregadas nas indústrias tradicionais devem ter várias fontes de rendimento. A colaboração e o apoio são também considerados importantes, por exemplo, de acordo com Kibicho (2008), é necessário incluir todas as partes interessadas que possam estar potencialmente interessadas nos resultados do trabalho. Por outro lado, destaca-se a assistência externa e o apoio, oferecendo uma perspetiva e ferramentas diferentes das tradicionalmente utilizadas (Kontogeorgopoulos, Churyen & Duangsaeng, 2014). Além disso, os investigadores destacam a necessidade de capacitação – educação e formação constantes (Imbaya, Nthiga, Sitati & Lenaiyasa, 2019; Pandey, 2011).

### 3. Turismo comunitário no Uzbequistão

As férias não são consideradas um prazer em alguns países, mas uma solução para as necessidades humanas e um incentivo à construção de relações, crescimento pessoal e inclusão social. Com programas governamentais específicos, estes países financiam opções de férias para grupos de baixos rendimentos, principalmente sob a forma de feriados nacionais ou viagens diurnas. O modelo de turismo comunitário é visto como uma ferramenta de melhoria que promove ideias inovadoras que desafiam o pensamento comum sobre problemas económicos, ambientais e sociais para melhorar a qualidade de vida dos residentes.

As empresas comunitárias de turismo ganharam alguma popularidade na última década no Uzbequistão, juntamente com outros regimes combinados de restauração e crescimento. Estas estratégias de planeamento relativamente novas baseiam-se numa abordagem participativa e acabaram por surgir como

resultado do fracasso de abordagens «de cima para baixo» comumente praticadas tanto para a conservação como para o desenvolvimento (Tasci, 2014).

Hoje, uma região em rápida mutação e evolução é a Ásia Central, uma vez que a autonomia adquirida pelos países da Ásia Central, em 1991, começa a produzir resultados. O turismo comunitário usbeque começou a ganhar uma forma de turismo rural ecológico baseado na participação ativa das comunidades regionais. Os grupos comunitários tornam-se prestadores de serviços turísticos: estão agrupados em diferentes sítios ecológicos. No entanto, há uma certa necessidade de coordenação, requisitos gerais para os serviços turísticos, a fixação de preços e a adoção de ecoturismo.

Atualmente, os destinos turísticos comunitários bem estabelecidos no Usbequistão são os seguintes:

1. Kuruksay, Taragay, Lyangar, Gilan, Zarmas na região de Kashkadarya.
2. O distrito de Boysun e as cidades de Derbent e Karamadai na região de Surkhandarya.
3. Yangikurgan, Brichmulla, Nanai e Kumyshkan na região de Tashkent.
4. Aldeias montanhosas nas regiões de Ukhum, Hayat, Sentyabsay, Cume Nuratinsky, Jizzakh e Navoi.

No entanto, mesmo nestes destinos que já têm um historial de trabalho e contribuições do governo, das ONG e das organizações internacionais, existem problemas.

#### 4. Evidência prática

Como mostra a experiência dos representantes do turismo comunitário, o turismo comunitário pode tornar-se uma importante ferramenta de apoio à comunidade. No Usbequistão, as agências familiares apresentam resultados positivos, percebendo a ideia dos benefícios da participação no setor do turismo. No entanto, continua a existir uma lacuna na abordagem dos programas comunitários de turismo como instrumento de intervenção social e de programas de desenvolvimento integrados.

A equipa de investigação turística do Instituto de Desenvolvimento de Gestão de Singapura, em Tashkent, Uzbequistão, fez uma série de viagens de observação às atrações turísticas comunitárias para avaliar o estado do setor. Além disso, tentou-se compreender a perceção dos residentes, juntamente com as expectativas sobre o modelo proposto pelo Comité Estatal do Usbequistão para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário.

Foram visitadas aldeias montanhosas de Ukhum, Hayat, Sentyabsay, Forish em Jizzakh e parques de campismo nas regiões de Navoi, permitindo o contacto direto com famílias que prestam serviços turísticos no âmbito do turismo comunitário.

É evidente por 11 famílias (2 membros de cada família compostas por 22 atores do setor) que foram entrevistados que não existe um consenso geral ou compreensão dos residentes locais sobre a definição de turismo comunitário. Não explica o mero benefício ou contribuição do mesmo, mas existe uma compreensão geral do lucro que pode ser obtida. Ou seja, os residentes entendem os benefícios diretos e a oportunidade de ganhar através do turismo, mas o valor social não é percebido tanto quanto seria de esperar.

Uma das razões para esta situação pode ser a necessidade de prestar mais atenção às aldeias remotas, desenvolver infraestruturas e promover os benefícios do turismo comunitário entre os visitantes do país e os residentes locais. Os representantes das famílias envolvidas no turismo comunitário explicam a impopularidade desta prática com a «falta de recursos disponíveis», «pobreza», «falta de conhecimento sobre como estabelecer esse negócio», «dificuldade e processo complicado para obter a licença de atividade», «falta de competências na área do turismo».

No entanto, os residentes registaram progressos consideráveis na sensibilização para a sua área por ONG internacionais, instituições de ensino e reconhecimento através de assuntos públicos pelo imenso valor que trazem à cultura e preservação do património, conservação ambiental para o estabelecimento e manutenção de eco-edifícios. É atribuído um papel importante na rede de relações e apoio no setor do turismo comunitário à Associação das Organizações Privadas de Turismo do Usbequistão.

## **5. Associação das Organizações de Turismo Privado do Usbequistão**

O turismo é um setor integral onde são necessárias e viáveis as constantes mudanças e adaptações. A experiência de vários países mostra que o sucesso do crescimento do turismo depende diretamente do aspeto desta indústria ao nível do Estado e do apoio estatal que recebe (Yanes *et al.*, 2019). Embora seja evidente a necessidade de uma administração pública no domínio do turismo, é necessária uma abordagem específica para a sua implementação.

Por um lado, enquanto sistema globalmente competitivo, o setor do turismo sente a necessidade de organizar as suas atividades económicas mais fortemente

do que qualquer outro. Por outro lado, porém, a excessiva intervenção e controlo do Estado suprime a manifestação de um empreendedorismo subjacente ao estabelecimento e ao crescimento das relações comerciais.

Além disso, para cada região, o setor do turismo tem um grande caráter económico, político e sociocultural, o que torna a criação de órgãos sociais do Estado um processo bastante complicado.

A experiência mostra que não existe uma fórmula perfeita para o Estado estabelecer a estrutura de gestão ideal do setor do turismo ou dos assuntos sociais. Podemos destacar várias posições características que estão presentes no mercado global do turismo neste momento ao examinar os princípios do controlo estatal das atividades turísticas:

1. Regulamentação autoritária rigorosa de todas as dimensões do turismo do país;
2. Unificação do setor do turismo com atividades comerciais conexas no âmbito de um Ministério Conjunto;
3. Estratégias suaves para o controlo e organização pelos órgãos da administração nacional de turismo das atividades turísticas;
4. Desconhecimento do turismo como um fenómeno social e económico.

Por isso, existem atualmente numerosas estruturas organizacionais para a gestão do turismo, desde ministérios separados ou ligados a administrações nacionais diretamente subordinadas ao governo. Além disso, alguns países em todo o mundo apenas lidam com operações turísticas ao nível das agências governamentais regionais, enquanto outros não têm alavancas governamentais de controlo sobre o setor do turismo em geral. Tal como acontece no Usbequistão, a Associação das Organizações Privadas de Turismo do Usbequistão (AOTP) foi fundada em 1998 com o apoio do Governo da República do Usbequistão, por iniciativa de operadores turísticos privados e hotéis da República (Resolução n.º 346 do Gabinete de Ministros da República do Usbequistão, de 8 de agosto de 1998). (Uzbequistão, 2019)

A missão da AOTP centra-se não só no desenvolvimento do turismo comunitário, mas também na intervenção social ao nível das comunidades no Usbequistão. A AOTP consolida empresas de viagens, *stakeholders* de empresas hoteleiras e *guesthouses*. A AOTP está focada na salvaguarda dos direitos das partes interessadas, na promoção da visão das entidades do setor privado do Estado e de outras agências, em particular nos delegados de pequenas e médias empresas no setor do turismo da República, desempenhando assim um papel ativo no desenvolvimento do interesse na construção de infraestruturas turísticas internacionais modernas no Usbequistão.

Os principais objetivos do turismo comunitário no Uzbequistão (Uzbequistão C., 2021) criam uma base para o desenvolvimento de atividades AOTP. Em primeiro lugar, estão a gerar receitas para melhorar a qualidade de vida em regiões remotas. Em segundo lugar, preservar os modos nacionais tradicionais de cultura autêntica e aumentar a consciencialização sobre os conteúdos culturais. Em terceiro lugar, encontrar uma alternativa menos prejudicial à agricultura que danifique as zonas naturais, o turismo que tem uma influência menos extrema. O último, mas igualmente importante, é garantir a participação local, o que reforça a componente de intervenção social.

Embora estas estratégias comunitárias de turismo tenham sido amplamente aceites, a sua eficácia (ou não) é algo que muitos não têm investigado muito sob o pretexto de um turismo sustentável. Com efeito, têm sido poucos os estudos sobre a viabilidade da utilização do turismo para atingir os objetivos de crescimento económico e de conservação. (Dodds, Ali & Galaski, 2018)

Com base nos objetivos do turismo comunitário, as principais atividades da AOTP incluem:

1. Orientação e colaboração nas atividades das agências privadas de turismo com representantes da AOTP;
2. Segurança e representação nas agências estatais e outras organizações dos interesses dos membros do negócio do turismo;
3. Promoção aos membros da AOTP de assistência ao conhecimento, consultoria, educação e metodológica;
4. Atrair investimento no crescimento do setor do turismo privado;
5. Desenvolvimento do quadro de atividades no turismo e na investigação de mercado.

Juntamente com as atividades que a AOTP utiliza para apoiar o desenvolvimento do turismo, o conceito de turismo de base comunitária está a ser aplicado como uma melhoria estratégica no setor. Além disso, a Associação trabalha diretamente com a comunidade local, criando novos postos de trabalho, educando e apoiando prestadores de serviços turísticos da comunidade.

Em especial, o efeito de trabalho positivo da AOTP é alcançado através de uma forte participação dos cidadãos nos programas comunitários de turismo. Além disso, as iniciativas municipais são desenvolvidas e promovidas e os auxílios são concedidos em termos de gestão de processos e fluxos financeiros. Por exemplo, graças aos seus projetos, o número de casas de hóspedes no Uzbequistão atingiu 806 no final de 2019 (AOTP, 2021), criando receitas de 1,41 milhões de dólares.

O governo começou a estimular ativamente a criação de casas de hóspedes no Uzbequistão em 2017. Depois, com o apoio da União Europeia, foi realizada formação para especialistas que deveriam ensinar os aldeões a abrir instalações semelhantes em locais remotos. Posteriormente, o governo introduziu um procedimento simplificado para certificar as casas de hóspedes e recomendou que os bancos comerciais emitsem empréstimos suaves para as abrir. A AOTP também tem o seu papel neste processo, ajudando com certificação e formação de trabalhadores domésticos.

De acordo com um decreto presidencial aprovado em agosto de 2019, as aldeias e mahallas usbeques (bairros) podem candidatar-se ao estatuto de Aldeia Turística ou Bairro Turístico, respetivamente, se os residentes locais criarem pelo menos 20 *guesthouses* e fornecerem aos turistas pelo menos cinco serviços, exceto comida e residência. Por exemplo, oficinas de artesanato, passeios a cavalo ou passeios de camelo. Os territórios com esse estatuto têm prioridade para a inclusão nos programas estatais *Obod kishlok* (Aldeia Melhorada) e *Obod mahalla* (Bairro Melhorado), no qual estão em curso trabalhos para melhorar as infraestruturas.

Em particular, no âmbito do programa *Obod kishlok* nas Aldeias Turísticas reparam estradas e melhoram as ruas. Além disso, o fornecimento de eletricidade, gás e água e o sistema de esgotos são radicalmente melhorados, levando à melhoria da qualidade de vida dos moradores. Para melhorar a qualidade das comunicações móveis e da Internet, estão instaladas estações base. Como resultado, estas melhorias levam a atrair mais turistas e a envolver mais casas no programa Aldeia Turística.

A criação das Aldeias Turísticas e dos Bairros Turísticos no Uzbequistão acaba por ser de grande interesse para todos. Por um lado, o governo deteta áreas prioritárias, onde o dinheiro é investido para o seu desenvolvimento, melhora a vida dos seus cidadãos e desloca os fluxos turísticos de locais mais conhecidos e populares. Por outro lado, os aldeões obtêm novos empregos, melhorias nas infraestruturas e nível de vida. Além disso, os turistas descobrem lugares fora dos itinerários tradicionais, observando desde a proximidade com a vida das populações locais e participando nas suas atividades diárias.

Para além da ajuda e apoio transformacional da aldeia prestados aos moradores durante o processo de certificação e abertura de casas de hóspedes, a AOTP trabalha com aqueles que já têm o seu negócio estabelecido. Entre os mais recentes projetos da AOTP pode chamar-se «Desenvolvimento do turismo comunitário no Usbequistão através do desenvolvimento das competências das pessoas rurais». O projeto é um trabalho conjunto da AOTP, Comité Estadual da

República do Usbequistão sobre desenvolvimento turístico e o projeto USAID para o desenvolvimento do empreendedorismo e área de negócio.

No âmbito deste projeto, as casas de hóspedes, os trabalhadores do turismo comunitário e os interessados recebem formação que lhes permite desenvolver competências necessárias para o setor. Por exemplo, a formação intercultural, as formações na prestação de serviços, mesmo em primeiros socorros, aumentam a sua competitividade no mercado e abrem mais possibilidades de atração de maior fluxo turístico. No entanto, os problemas acima referidos existem no mercado e diminuem a eficácia da intervenção social através das atividades da AOTP. Aqui ficam algumas sugestões e pontos a considerar para abordar as questões descritas. Isto pode ajudar a melhorar ainda mais o modelo de turismo comunitário no Usbequistão, especialmente nos cantos mais distantes da República, e assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

## 6. Sugestões práticas

Como primeiro passo, pode sugerir-se a organização de estudos por áreas e setores específicos sobre os efeitos agregados do turismo comunitário. Para além do quão benéfico é para a comunidade em termos de aumento dos níveis de rendimento, desenvolvimento de infraestruturas e criação de emprego, não há dúvida de que o aumento súbito do fluxo turístico pode ser prejudicial para o ambiente.

Recomenda-se avaliar todas as iniciativas baseadas no seu sucesso na geração de crescimento económico local e na redução da pobreza. Deve ser dada prioridade aos indicadores socioeconómicos mais do que outros, como constatamos, as atividades da AOTP contribuem para o desenvolvimento comunitário da região. Além de obterem benefícios significativos para o turismo comunitário, os indivíduos devem criar um sentido de propriedade. Devem estar interessados em resolver todos os problemas mais relevantes em princípio, ou devem responder individualmente. No entanto, devido à necessidade de conhecimentos técnicos no turismo, a aplicação deste conceito de propriedade, que é atualmente comum nas organizações de crescimento e cooperação, é limitada quando se trata dos problemas mais significativos do desenvolvimento turístico e da gestão básica de um negócio turístico. Neste caso, a AOTP presta o apoio necessário, no entanto, em algumas situações, os moradores podem necessitar de mais atenção. A consultoria profissional, a preparação, as subvenções financeiras, por um lado, a iniciativa, a propriedade e os serviços municipais, por outro, devem ser otimamente combinadas, integrando-as num todo.

Por outro lado, considera-se importante a ideia de permitir e promover níveis mais baixos de governos para melhorar as suas estratégias de crescimento turístico no âmbito das estratégias de conservação. A participação de *stakeholders* de diferentes níveis e a criação de uma rede de interação terão um efeito positivo nas iniciativas sociais no âmbito do turismo comunitário (Burgos e Mertens, 2017). Estas estratégias podem ser úteis no desenvolvimento sustentável das regiões e na melhoria constante dos padrões de vida.

Além disso, é importante incluir nas atividades da AOTP e de outras organizações que trabalham no setor não só os aldeões, mas também conceber e implementar programas educativos e de sensibilização que sensibilizam as pessoas para os problemas do desenvolvimento turístico sustentável. A participação maciça nas atividades permite aumentar a sua eficácia, uma vez que cria uma base para o desenvolvimento do turismo local e do interesse por parte dos cidadãos usbeques. Em 2019, entre os turistas que optaram pelo turismo comunitário no Uzbequistão, 79,3% eram estrangeiros (AOTP, 2021). No entanto, as populações locais representam uma fonte constante de rendimento que está ao seu alcance. Ao sensibilizar o público, o efeito positivo das iniciativas sociais é potencialmente aumentado e aumentado.

Finalmente, o problema da documentação continua a ser relevante. É necessário estabelecer requisitos adequados de licenciamento para todas as camadas da sociedade, criando um acesso à porta aberta às oportunidades comerciais no âmbito do conceito de turismo comunitário. Quanto mais pessoas puderem usufruir dos benefícios do programa AOTP, mais eficaz é a intervenção social através delas.

## 7. Conclusão

Em 2019, 9,6% da população do Uzbequistão (3,2 milhões de pessoas) vivia abaixo do limiar da pobreza em 3,2 dólares por dia, que é a definição internacional de pobreza para países com baixo nível de rendimento médio, a que pertence o Uzbequistão (Banco Mundial, 2021). Cerca de 80% dos cidadãos de baixos rendimentos do país vivem em zonas rurais e os seus rendimentos dependem quase inteiramente da agricultura. Devido ao surto de coronavírus em 2020, as taxas de pobreza no Uzbequistão deverão aumentar pela primeira vez depois de terem diminuído durante vinte anos (Banco Mundial, 2021).

A abordagem da associação da Associação de Organizações de Turismo Privado do Uzbequistão aos problemas sociais do país demonstra a sua eficácia prática e resultados positivos. A intervenção social que é realizada através de

vários projetos, trabalho conjunto com agências governamentais e organizações internacionais permite desenvolver as zonas rurais do país. Consequentemente, os níveis de rendimento são aumentados, a qualidade de vida melhora, os aldeões têm acesso a água potável, gás e eletricidade segura, o que também pode ser muito importante para diminuir a percentagem de pessoas pobres no Usbequistão.

Levantam-se ainda muitas questões sobre a eficácia dos programas realizados. Não se sabe se o seu efeito positivo é mantido a longo prazo ou se o seu potencial é mantido ao máximo. Além disso, existe uma diferença muito acentuada entre as opiniões de peritos que designam projetos turísticos comunitários bem-sucedidos e os que supervisionam projetos que os especialistas consideram bem-sucedidos. Sem colmatar esta lacuna e sem determinar a eficácia e a viabilidade dos projetos executados pela AOTP, não se pode garantir que o efeito positivo do trabalho da Associação seja duradouro.

## BIBLIOGRAFIA

- Álvarez-García, J., Durán-Sánchez, A., Río-Rama, D., & De la Cruz, M. (2018). Scientific coverage in community-based tourism: Sustainable tourism and strategy for social development. *Sustainability*, 10(4), 1158.
- Asociación de las Organizaciones Turísticas Privadas de Uzbekistán (2021). *Estadística de la Asociación de las Organizaciones Turísticas Privadas de Uzbekistán*.
- Banco Mundial (2021). Datos estadísticos: Uzbekistán.
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community based tourism. *Community development journal*, 40(1), 39-49.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2017). Participatory management of community-based tourism: A network perspective. *Community Development*, 48(4), 546-565.
- Dodds, R., Ali, A., y Galaski, K. (2018). Mobilizing knowledge: Determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. *Current Issues in Tourism*, 21(13), 1547-1568.
- Gascón, J. (2013). The limitations of community-based tourism as an instrument of development cooperation: the value of the Social Vocation of the Territory concept. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(5), 716-731.
- Gómez, C. R. P., Falção, M. C., Castillo, L. A. G., Correia, S. N., & de Oliveira, V. M. (2015). Community-based tourism as Social Innovation: Congruence between the constructs. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), 1213-1227.
- Johnson, P. A. (2010). Realizing rural community-based tourism development: Prospects for social economy enterprises. *Journal of Rural and Community Development*, 5(1).

- Kibicho, W. (2008). Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. *Journal of Sustainable Tourism, 16*(2), 211-231.
- Kontogeorgopoulos, N., Churyen, A., & Duangsaeng, V. (2014). Success factors in community-based tourism in Thailand: The role of luck, external support, and local leadership. *Tourism planning & development, 11*(1), 106-124.
- Lee, T. H., & Jan, F. H. (2019). Can community-based tourism contribute to sustainable development? Evidence from residents' perceptions of the sustainability. *Tourism Management, 70*, 368-380.
- Manyara, G., & Jones, E. (2007). Community-based tourism enterprises development in Kenya: An exploration of their potential as avenues of poverty reduction. *Journal of Sustainable Tourism, 15*(6), 628-644.
- Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2013). Interrogating the role of the state and nonstate actors in community-based tourism ventures: Toward a model for spreading the benefits to the wider community. *South African Geographical Journal, 95*(1), 1-15.
- Pandey, R. J. (2011). Capacity building and human resource development initiatives: Community based tourism development in Nepal. *Nepal Tourism and Development Review, 1*(1), 83-101.
- Tasci, A. D., Croes, R., & Villanueva, J. B. (2014). Rise and fall of community-based tourism—facilitators, inhibitors and outcomes. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*.
- Uzbekistan, S. T. (2019, 08 03). [uzbektourism.uz](https://uzbektourism.uz/ru/newnews/view?id=630). Retrieved from <https://uzbektourism.uz/ru/newnews/view?id=630>, el último acceso: 14 de abril, 2021.
- Uzbekistan, C. (2021). Retrieved from <https://cibtuzbekistan.uz/?lang=en>, el último acceso: 14 de abril, 2021.
- Yanes, A., Zielinski, S., Diaz Cano, M., & Kim, S. I. (2019). Community-based tourism in developing countries: A framework for policy evaluation. *Sustainability, 11*(9), 2506.



# Notas biográficas dos autores

## Organizador

**Joaquim Fialho.** Professor universitário, analista de redes sociais e investigador integrado do CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social da Universidade Lusíada. Investigador colaborador do CRC-W *Catolica Research Centre for Psychological, Family and Social Well-being* da Universidade Católica. Foi investigador integrado do CICS.NOVA. É licenciado em serviço social e mestre em sociologia. Em 2008 concluiu a tese de doutoramento em sociologia onde aplicou a metodologia de análise de redes sociais para medir as lógicas e os processos de cooperação entre organizações. Tem participado como conferencista em vários eventos, nacionais e internacionais, sobre redes sociais. Coordenou o I e II Congresso Internacional de Redes Sociais, em 2017 e 2018. É quadro superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional (1999-...). Atualmente é coordenador do Núcleo da Formação Profissional na Delegação Regional do Alentejo do IEFP.IP. Foi (2009-2019) professor auxiliar convidado no Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Foi (2010-2013) docente no Campus Universitário de Santo André do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares (Instituto Piaget), onde integrou vários cargos académicos. É tutor da Universidade Aberta (2008-...) no departamento de Ciências Sociais e Gestão. Participa como comentador das questões das redes sociais em vários órgãos de comunicação social. Entre as principais publicações que tem participado, destacam-se: *Redes Sociais. Como compreendê-las?; Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos Práticos e Procedimentos com UCINET; Formação profissional. Práticas organizacionais, políticas públicas e estratégias de ação; Diagnóstico Social. Teoria, metodologia e casos práticos; Prospetiva estratégica. Teoria, métodos e casos reais; Redes sociais. Para uma compreensão multidisciplinar da sociedade e Redes Sociais. Como compreendê-las?* As suas principais linhas de investigação são as políticas públicas, formação profissional, análise de redes sociais, dinâmicas organizacionais, avaliação de projetos e construção de diagnósticos sociais.

## Autores

**Antónia Luísa Silva.** Técnica Superior do Centro de Emprego e Formação Profissional de Beja (IEFP) desde 1992. Assistente Social, Licenciada e Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Especialista em Serviço Social pelo Instituto Politécnico de Beja, Docente do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (Pólo de Beja) de 1992 a 2007. Docente do Instituto Politécnico de Beja a partir de 2018. Leciona as Unidades Curriculares de Estágio de Inserção e Estágio Final (Supervisão de Estágio) 3.º ano e Optativa 2 – Intervenção em Serviço Social – Saúde, 2.º ano, da Licenciatura de Serviço Social.

**Bravo Nico.** Exerce atividade docente, de investigação e de extensão na Universidade de Évora, onde integra a Escola de Ciências Sociais e o Centro de Investigação em Educação e Psicologia. Foi Deputado à Assembleia da República, Diretor Regional de Educação do Alentejo, Pró-Reitor da Universidade de Évora e Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Machede. Coordena, atualmente, a Escola Comunitária de São Miguel de Machede e a Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora.

**Cristina Pereira Vieira.** PhD em Sociologia. É Professora Auxiliar na Universidade Aberta (UAb, Portugal), no Departamento de Ciências Sociais e Gestão (DCSG), onde tem vindo a implementar novas áreas de aprendizagem, criando novas unidades curriculares a partir das áreas da Sexualidade e Género – desenvolvendo temáticas que nunca tinham sido abordadas nesta universidade. É investigadora no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG). Tem orientado investigação sobre sexualidade, género, saúde e bem-estar, com destaque nas experiências de sexualidade juvenil; masculinidades; modelos e lógicas de relacionamento; igualdade e violência de género – tem publicado nestes campos e tem participado em projetos de investigação nacionais e internacionais. As últimas publicações incluem artigos académicos, destaca-se o recente livro: *Sexualities, Gender and Violence: A view from the Iberian Peninsula*, da Nova Science Publishers (2020). É, entre outros, autora do livro *Eu Faço Sexo Amoroso: a Sexualidade dos Jovens pela Voz dos Próprios* – percecionado como uma obra pioneira em Portugal. É membro da Comissão Ibero-Americana de Investigação Qualitativa em Saúde; do Grupo Internacional de Inovação no Ensino Superior e investigadora em «Medusa»: Géneros em transição, masculinidades, corpos, afetos e tecnociência». Desde 2018, é membro do Grupo de Coordenação da Secção Temática «Sexualidade e Género» da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

**Daniel Buraschi.** Doutor em Direito e Serviço Social, Licenciado em Ciências em Educação, Mestre em Psicologia Social e Doutor em Psicologia Social. Investigador do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Migrações, Interculturalidade e Cidadania da Universidade de Castilla-La Mancha e do Observatório da Imigração de Tenerife. Professor do Mestrado em Migrações e Interculturalidade da UCLM. Trabalhou durante quinze anos em diferentes países da Europa e de África e em várias ONG dedicadas ao acolhimento e intervenção social com migrantes e pessoas em situação de exclusão social. Atualmente é membro da Mosaico Ação Social e da Rede de Ação Social e Investigação (RAIS), onde trabalha como formadora e consultora em intervenções interculturais, metodologias dialógicas e participativas, planeamento social, perspectiva de género e comunicação para a mudança social.

**Deniza Alieva.** Doutora em Psicologia dos Recursos Humanos. Professor Adjunto na Universidade Webster em Tashkent (EUA). Professor na Escola de Negócios e Gestão do Instituto de Desenvolvimento de Gestão de Singapura (MDIST), Uzbequistão. Investigador principal do grupo de investigação em turismo no MDIST, investigador do Laboratório de Redes Pessoais e Comunidades (LRPC) da Universidade de Sevilha (Espanha). Membro do conselho editorial *REDES: Revista hispana para el análisis de redes sociais* a partir de 2020, editor das revistas *Universo* e *MDIST Scientific digest* desde 2018.

**Duarte Vilar.** Licenciado e doutor em Sociologia pelo ISCTE. Professor associado da Universidade Lusíada de Lisboa no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Investigador e diretor do CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social. Diretor Executivo da Associação para o Planeamento da Família entre 1988 e 2017. Consultor do UNFPA – United Nations Population Fund.

**Élia Quintas.** Licenciatura em Ortóptica, pela Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa. Mestrado em Intervenção Socio-organizacional na Saúde, com especialização em Políticas de Gestão e Administração dos Serviço de Saúde. Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, entre 2013 e 2017. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, de 2017 até ao presente.

**Elsa Montenegro Marques.** Doutora em Sociologia, professora auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto e investigadora no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social.

**Gulnoza Usmonova.** Especialista em planeamento turístico sustentável com anos de experiência de sucesso na educação turística, turismo comunitário e *marketing* de destinos turísticos. Atualmente ocupa o cargo de Diretora da Escola de Turismo e Hotelaria no Instituto de Desenvolvimento de Gestão de Singapura em Tashkent, liderando a coorte de Turismo Internacional. É licenciada em Economia e Gestão de Turismo Internacional pela Tashkent, Uzbequistão, e está a obter o doutoramento na Universidade de Las Palmas, Ilhas Canárias, Espanha.

**Hélia Bracons.** Doutora em Serviço Social. Professora auxiliar no Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Diretora da Licenciatura em Serviço Social, desde setembro de 2017 e Coordenadora conjunta dos Estágios em Serviço Social da ULHT. Editora da Revista Temas Sociais do Instituto de Serviço Social, desde 2021. Investigadora integrada do Grupo: Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20) e Investigadora colaboradora no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro. Representante da ULHT Lisboa, na Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural (RESMI) e na Rede Portuguesa de Mentoria. As principais áreas de investigação são: diversidade cultural, interculturalidade, comunicação e competência cultural e práticas pedagógicas e supervisão pedagógica.

**Inês Casquilho-Martins.** Licenciada e mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada e doutora em Serviço Social pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. É professora no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada e no Laboratório de Competências Transversais do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. É, também, investigadora no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS) e no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), desenvolvendo a sua produção científica no domínio das políticas sociais, sistemas de proteção social, organizações sociais, migrações e competências transversais.

**Joana Vale Guerra.** Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Professora auxiliar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC) onde leciona na área científica do Serviço Social. É membro permanente do Observatório Cidadania e Intervenção Social da FPCE-UC (OCIS) e da Comissão de Ética e Deontologia da Investigação da FPCE-UC. Leciona e publica nos domínios da Política Social, Serviço Social e Governança Local e tem desenvolvido trabalhos de

investigação sobre a análise da implementação das políticas públicas no contexto nacional e internacional nas áreas da Proteção Social e Educação. Tem participado em equipas multidisciplinares para a elaboração de estudos diagnósticos territoriais. É investigadora do Grupo História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20).

**Joaquim M. Croca Caeiro.** Doutor em Ciências Sociais, vertente Ciência Política, Mestre em Ciência Política e Licenciado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Licenciado em Direito e Agregação em Ciência Política pela Universidade Lusíada de Lisboa; Professor Associado com agregação e Coordenador da Escola de Desenvolvimento Local do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Desempenhou funções em vários serviços públicos, nomeadamente Vogal do Conselho Diretivo de Segurança Social e Subdiretor Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério de Solidariedade e Segurança Social, tendo representado Portugal em Comités da União Europeia.

**Laura Ponce de León Romero.** Professora Catedrática de Trabalho Social e Serviço Social na Universidade Nacional de Educação a Distância. Faculdade de Direito. Departamento de Trabalho Social.

**Lourdes Caraça.** Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde, especialista avançada em Psicologia Comunitária. Detém formação pós-graduada em Alta Direção em Administração Pública, e mestrado em Toxicodependências e Patologias Psicossociais. Desenvolve a sua atividade profissional no Sistema Nacional de Saúde há já 22 anos, tendo durante este período assumido funções de psicóloga clínica em diversas unidades. Tem colaborado também com o Ensino Superior, como professora convidada na Escola Superior de Saúde de Portalegre, do Instituto Politécnico de Portalegre e atualmente leciona na área da Psicologia Clínica, no Mestrado de Saúde Materna e Obstetrícia, da Escola Superior de Saúde, do Instituto Politécnico de Santarém.

**Lurdes Pratas Nico.** Exerce atividade técnica, docente, de investigação e de extensão na Universidade de Évora, onde integra a Escola de Ciências Sociais e o Centro de Investigação em Educação e Psicologia. É Presidente da Direção da SUÃO – Associação de Desenvolvimento Comunitário e integra a Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora.

**Madalena Duarte.** É Socióloga e Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É co-coordenadora do Programa de Doutoramento em Estudos Feministas (CES/FLUC).

É Investigadora e Vice-diretora do Centro de Estudos Sociais. É doutora em Sociologia com a tese «Para um direito sem margens: representações sobre o Direito e a violência contra as mulheres». A sua tese de mestrado deu origem ao livro *Movimentos na Justiça: Direito e Movimento Ambientalista em Portugal*. As suas áreas de interesse incluem a sociologia do direito, os estudos feministas, a violência de género, o tráfico de pessoas e os movimentos sociais, temas sobre os quais tem diversos projetos de investigação, nacionais e internacionais, bem como artigos científicos publicados. Atualmente é coordenadora do projeto «Homicídios nas relações de intimidade: desafios ao direito».

**María-José Aguilar-Idáñez.** Trabalhadora social, socióloga e animadora sociocultural. Tem doutoramento em ciência política e sociologia. Professora na Universidade de Castilla-La Mancha (Espanha). As suas principais atividades têm sido o ensino e a investigação há décadas. É avaliadora de projetos de investigação em ciências sociais na Agência Estatal de Investigação.

**Maria Manuela Mendes.** Socióloga, licenciada e mestre em Sociologia (FLUP), doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e Professora Associada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. É investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) desde 2008, onde tem desenvolvido investigação nas áreas da etnicidade, diversidade, estudos sobre as pessoas ciganas (ou Romani), imigração, exclusão social, políticas de habitação e territórios desqualificados. É ainda membro colaborador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da FAUL e do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto (ISFLUP).

**Olga Magano.** Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em Relações Interculturais e Doutora em Sociologia, pela Universidade Aberta. É Professora Auxiliar na Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão e investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL-ISCTE). Tem desenvolvido investigação sobre as pessoas ciganas em Portugal, segregação social e espacial, identidades, percursos de vida, trajetórias sociais, transformação social, refugiados em Portugal, discriminação, racismo, mobilidade social, desigualdades e diversidades culturais, entre

outras áreas temáticas. É co-coordenadora da Secção Diversidades Culturais e Espaços de Intervenção da Associação Portuguesa de Sociologia. É sócia da Associação Portuguesa de Sociologia, membro da Gypsy Lore Society, membro da European Academic Network on Romani Studies – Romani Studies.eu, da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa e da Associação Antropólogos Ibero Americanos em Rede. Faz parte do grupo do Observatório dos Percursos Profissionais e de Vida dos Diplomados da Universidade Aberta e colabora com o NEPE – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade, da Universidade Federal de Pernambuco e o Grupo de Estudos Culturais, da Universidade Federal da Paraíba.

**Paula Cristina Salgado Vieira.** Doutora em Serviço Social, professora auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto e investigadora no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social.

**Rosário Rosa.** Doutora em Sociologia, exerce funções como professora auxiliar na Universidade Aberta desde 2016. É também investigadora integrada do CFE – Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet – Universidade de Coimbra/Pólo da Universidade Aberta. Colabora ainda com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, enquanto investigadora colaboradora do CICS.NOVA/Observatório Nacional de Violência e Género, onde tem participado em diversos projetos de investigação relacionados com as desigualdades e violência de género. Os seus principais interesses de investigação centram-se nas desigualdades sociais; género e violência; práticas e saberes leigos de saúde e doença; e metodologias de investigação.

**Sherzod Aktamov.** Diretor da Escola de negócios e gestão. Professor do Instituto de Desenvolvimento de Gestão de Singapura, Tashkent. Professor Adjunto, Universidade Webster, Tashkent. Licenciatura pela Universidade Estadual de Economia de Tashkent na especialidade de Negócios. Licenciou-se e obteve um mestrado na Universidade de Xangai em Economia e Comércio Internacional e um segundo mestrado pela Universidade Estadual de Economia de Tashkent em negócios internacionais. Doutora pela Universidade de Xangai em Ciências e Engenharia de Gestão. Trabalha em projetos de investigação individuais nas áreas da Macroeconomia, Gestão de RH, Análise de Redes, Inovação, Ciências da Gestão, Econometria, *Marketing*, Comércio Internacional. Desenvolve manuais escolares para estudantes locais sobre metodologia de investigação, ciências administrativas e econometria. Concluiu com sucesso projetos de investigação estatais e é atualmente membro de projetos de investigação financiados pelo Ministério do Desenvolvimento da Inovação da

República do Usbequistão. Supervisionou projetos de investigação a vários níveis de mais de 120 alunos.

**Sónia Cavaco.** Licenciatura em Investigação Social Aplicada, pela Universidade Moderna. Técnica Superior no Município de Reguengos de Monsaraz, de 2006 até ao presente. Técnica Cooptada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Reguengos de Monsaraz, entre 2006 e 2015 e de 2019 até ao presente.







